



Liberdade Cultural num Mundo Diversificado

Como é que a nova constituição do Iraque irá satisfazer as exigências de justa representação dos Xiitas e dos Curdos? Quais – e quantas – das línguas faladas no Afeganistão deve a nova constituição reconhecer como línguas oficiais do Estado? Como é que o tribunal federal nigeriano lidará com uma determinação da lei da Sharia para punir o adultério com a morte? Aprovará o parlamento francês a proposta de proibição dos lenços e doutros símbolos religiosos nas escolas públicas? Resistirão os hispânicos dos Estados Unidos à assimilação pela cultura americana dominante? Haverá um acordo de paz para pôr termo à luta na Costa do Marfim? Irá o presidente da Bolívia resignar na sequência dos protestos crescentes dos povos indígenas? Concluir-se-ão alguma vez as conversações de paz para pôr termo ao conflito tamil-cingalês no Sri Lanka? Estes são apenas alguns cabeçalhos dos últimos meses. Gerir a diversidade cultural é um dos principais desafios do nosso tempo.

Consideradas durante muito tempo ameaças divisivas à harmonia social, opções como estas – acerca do reconhecimento e da aceitação de etnicidades, religiões, línguas e valores diversos – constituem uma característica incontornável da paisagem política do século XXI. Líderes e teóricos da política, de todos os quadrantes, opuseram-se a qualquer reconhecimento explícito de identidades culturais – étnica, religiosa, linguística, racial. O resultado mais frequente tem sido a supressão das identidades culturais, por vezes de forma brutal, como política de Estado – através de perseguições religiosas e limpezas étnicas, mas também através da habitual exclusão e discriminação económica, social e política.

O que é novo, hoje, é a ascensão das políticas de identidade. Em contextos muito diferentes e de modos muitos diversos – desde os povos indígenas da América Latina às minorias religiosas na Ásia do Sul e às minorias étnicas nos Balcãs e em África, até aos imigrantes na Europa Ocidental – as pessoas estão a mobilizar-se de novo em torno de velhas injustiças segundo linhas étnicas, religiosas, raciais e culturais, exigindo que a sua identidade seja reconhecida,

apreciada e aceite pela sociedade mais ampla. Sofrendo de discriminação e marginalização em relação a oportunidades sociais, económicas e políticas, também exigem justiça social. Igualmente nova é a ascensão de movimentos coercivos que ameaçam a liberdade cultural. E, nesta era de globalização, emergiu um novo tipo de reivindicações e exigências políticas dos indivíduos, comunidades e países que sentem que as suas culturas locais estão a ser eliminadas. Querem manter a sua diversidade num mundo globalizado.

Porquê esses movimentos hoje? Não são movimentos isolados. Fazem parte de um processo histórico de mudança social, de lutas pela liberdade cultural, de novas fronteiras no progresso das liberdades humanas e da democracia. São impulsionados e moldados pela disseminação da democracia, que está a dar aos movimentos mais espaço político para protestar, e pelo avanço da globalização, que está a criar novas redes de alianças e a apresentar novos desafios.

A liberdade cultural é uma parte vital do desenvolvimento humano, porque a capacidade de uma pessoa escolher a sua identidade – quem ela é – sem perder o respeito dos outros, ou ser excluída de outras opções, é importante para uma vida plena. As pessoas querem liberdade para praticar abertamente a sua religião, falar a sua língua, celebrar a sua herança étnica ou religiosa sem medo do ridículo, de punições ou da diminuição de oportunidades. As pessoas querem a liberdade de participar na sociedade sem ter de prescindir das amarras culturais que escolheram. É uma ideia simples, mas profundamente perturbadora.

Os Estados enfrentam um desafio urgente na resposta a estas exigências. Se for bem resolvido, um maior reconhecimento das identidades trará uma maior diversidade cultural à sociedade, enriquecendo a vida das pessoas. Mas também existe um grande risco.

Estas lutas por causa da identidade cultural, se não forem geridas, ou se forem mal geridas, podem tornar-se rapidamente uma das maiores fontes de instabilidade dentro e entre os Estados – e, assim,

A liberdade cultural é uma parte vital do desenvolvimento humano

Este Relatório defende o respeito pela diversidade e a construção de sociedades mais inclusivas, adotando políticas que reconheçam, explicitamente, as diferenças culturais – políticas multiculturais

desencadear conflitos que poderão fazer recuar o desenvolvimento. As políticas de identidade que polarizam pessoas e grupos estão a criar linhas de separação entre “nós” e “eles”. Uma desconfiança e um ódio crescentes ameaçam a paz, o desenvolvimento e as liberdades humanas. Só no último ano, a violência étnica destruiu centenas de casas e de mesquitas no Kosovo e na Sérvia. Terroristas atacaram à bomba um comboio em Espanha matando cerca de 200 pessoas. A violência sectária matou milhares de muçulmanos e obrigou outros milhares a abandonar as suas casas, em Guzarate e noutros pontos da Índia, um país defensor da aceitação cultural. Uma avalanche de crimes de ódio contra imigrantes estilhaçou a crença dos noruegueses no seu inabalável compromisso com a tolerância.

As lutas por causa da identidade também podem levar a políticas repressivas e xenófobas que retardam o desenvolvimento humano. Podem encorajar um refúgio no conservadorismo e uma rejeição da mudança, interrompendo a infusão de ideias e de pessoas que trazem valores cosmopolitas e o conhecimento e qualificações que fazem progredir o desenvolvimento.

Gerir a diversidade e respeitar as identidades culturais não são desafios apenas para alguns “estados multiétnicos”. Quase nenhum país é inteiramente homogéneo. Os quase 200 países do mundo contêm cerca de 5.000 grupos étnicos. Dois terços têm pelo menos uma minoria substancial – um grupo étnico, ou religioso, que constitui pelo menos 10% da população.

Ao mesmo tempo, o ritmo da migração internacional acelerou, com efeitos alarmantes nalguns países e cidades. Quase metade da população de Toronto nasceu fora do Canadá. E muitos mais estrangeiros mantêm ligações mais estreitas com os seus países de origem do que os imigrantes do século passado. De um modo ou de outro, todos os países são hoje sociedades multiculturais, que contêm grupos étnicos, religiosos ou linguísticos com vínculos comuns às suas próprias tradições, culturas, valores e modos de vida.

A diversidade cultural está para ficar – e para crescer. Os Estados têm de encontrar modos de forjar a unidade nacional no meio da diversidade. O mundo, cada vez mais interdependente economicamente, só pode funcionar se as pessoas respeitarem a diversidade e construírem a unidade através de laços comuns de humanidade. Nesta era de globalização, as exigências de reconhecimento cultural já não podem ser ignoradas por nenhum Estado, nem

pela comunidade internacional. E é provável que os confrontos por causa da cultura e da identidade aumentem – a facilidade de comunicações e viagens encolheu o mundo e alterou a paisagem da diversidade cultural e a disseminação da democracia, direitos humanos e novas redes mundiais deu às pessoas mais meios para se mobilizarem em torno de uma causa, para insistirem numa resposta e para a obterem.

Cinco mitos caíram. As políticas de reconhecimento das identidades culturais e de encorajamento do florescimento da diversidade não resultam em fragmentação, conflito, fraco desenvolvimento, ou governo autoritário. Essas políticas são viáveis e necessárias, pois muitas vezes é a supressão de grupos culturalmente identificados que pode levar a tensões.

Este Relatório defende o respeito pela diversidade e a construção de sociedades mais inclusivas, adotando políticas que reconheçam, explicitamente, as diferenças culturais – políticas multiculturais. Mas porque é que muitas identidades culturais foram suprimidas ou ignoradas durante tanto tempo? Uma razão é que muitas pessoas acreditam que o florescimento da diversidade pode ser desejável em abstracto, mas na prática pode enfraquecer o Estado, levar a conflitos e retardar o desenvolvimento. A melhor abordagem da diversidade, deste ponto de vista, é a assimilação em torno de um único padrão nacional, o que pode levar à supressão de identidades culturais. Porém, este Relatório defende que estas não são premissas – são mitos. Na verdade, defende que uma abordagem em termos de política multicultural não só é desejável, mas também é viável e necessária. Sem uma abordagem semelhante, os problemas imaginários da diversidade podem tornar-se profecias cumpridas.

Mito 1. As identidades étnicas das pessoas concorrem com a sua ligação ao Estado, pelo que existe um trade-off entre reconhecer a diversidade e unificar o Estado.

Não é assim. Os indivíduos podem ter e têm múltiplas identidades que são complementares – etnicidade, língua, religião e raça, bem como cidadania. E a identidade não é um jogo de soma zero. Não há uma necessidade inevitável de escolher entre unidade do Estado e reconhecimento de diferenças culturais.

É importante para as pessoas terem um sentido de identidade e de pertença a um grupo com valores partilhados e outros laços culturais. Mas cada pessoa pode identificar-se com muitos grupos diferentes. As pessoas têm uma identidade de cidadania (por exemplo, ser francês), de género (ser mulher), de raça (ser de origem oeste-africana), de língua (ser fluente em tailandês, chinês e inglês), de política (ter ideias de esquerda) e de religião (ser budista).

A identidade também tem um elemento de escolha: dentro dessas filiações, os indivíduos podem escolher a prioridade a dar a uma filiação em relação a outra, em diferentes contextos. Os americanos mexicanos podem torcer pela selecção mexicana de futebol mas servir no exército norte-americano. Muitos brancos sul-africanos optaram por combater o *apartheid* como sul-africanos. Os sociólogos dizem-nos que as pessoas têm fronteiras de identidade que separam “nós” de “eles”, mas essas fronteiras mudam e esbatem-se para incorporar grupos mais amplos de pessoas.

A “construção nacional” foi um objectivo dominante do século XX e a maioria dos países visou a construção de Estados culturalmente homogéneos com identidades singulares. Por vezes conseguiram, mas à custa de repressão e perseguição. Se houve alguma coisa que a história do século XX mostrou, foi que a tentativa de exterminar grupos culturais, ou de os afastar, despertou uma teimosa resiliência. Em contrapartida, o reconhecimento de identidades culturais resolveu tensões infundáveis. Portanto, quer por razões práticas, quer morais, é de longe melhor aceitar os grupos culturais do que fingir que eles não existem.

Os países não têm de escolher entre unidade nacional e diversidade cultural. Há inquéritos que mostram que as duas podem coexistir e muitas vezes coexistem. Na Bélgica, os cidadãos, quando interrogados, responderam por maioria esmagadora que se sentiam tanto belgas como flamengos ou valões e, em Espanha, que se sentiam tanto espanhóis como catalães ou bascos.

Estes e outros países trabalharam muito para harmonizar culturas diversas. Também trabalharam muito para construir a unidade, alimentando o respeito pelas identidades e a confiança nas instituições do Estado. Os Estados mantiveram-se firmes. Os imigrantes não precisam de negar a sua dedicação à família nos seus países de origem quando desenvolvem lealdades aos seus novos países. O receio de que os imigrantes fragmentam o país, se não forem

“assimilados”, não tem fundamento. A assimilação sem opção já não é um modelo viável – ou necessário – de integração.

Não há *trade-off* entre diversidade e unidade do Estado. As políticas multiculturais são um modo de construir estados diversos e unidos.

Mito 2: Os grupos étnicos têm inclinação para o conflito violento mútuo, num choque de valores, pelo que existe um trade-off entre o respeito pela diversidade e a sustentação da paz.

Não. Há poucas provas empíricas de que as diferenças culturais e os choques de valores sejam em si causa de conflito violento.

É verdade, particularmente desde o fim da guerra-fria, que surgiram conflitos violentos entre grupos étnicos, não tanto entre Estados, mas no seu interior. Mas em relação às respectivas causas, as investigações académicas recentes mostram um amplo acordo em que as diferenças culturais não são, por si mesmas, o factor relevante. Alguns argumentam mesmo que a diversidade cultural reduz o risco de conflito, porque torna mais difícil a mobilização de grupo.

Alguns estudos apresentam diversas explicações para essas guerras: as desigualdades económicas entre os grupos, assim como as lutas pelo poder político, pela terra, ou por outros activos económicos. Nas Fidji, os indígenas Fidjianos desencadearam um golpe de estado contra o governo dominado pelos indianos, porque receavam que a terra pudesse ser confiscada. No Sri Lanka, a maioria Cingalesa conquistou o poder político, mas a minoria Tamil tinha acesso a mais recursos económicos, despoletando décadas de conflito civil. No Burundi e Ruanda, em diferentes momentos, Tutsis e Hutus foram excluídos das oportunidades económicas e da participação política.

A identidade cultural desempenha um papel nestes conflitos – não como causa, mas como condutora da mobilização política. Os líderes invocam uma identidade única, os seus símbolos e a sua história de razões de queixa para “reunir as tropas”. E a falta de reconhecimento cultural pode desencadear a mobilização violenta. As desigualdades subjacentes na África do Sul estiveram na base dos distúrbios do Soweto, em 1976, mas estes foram desencadeados por tentativas de impor o africânder nas escolas para negros.

Embora a coexistência de grupos culturalmente distintos não seja, em si mesma, causa de conflito violento, é perigoso deixar que a desigualdade económica

É importante para as pessoas terem um sentido de identidade e de pertença a um grupo com valores partilhados e outros laços culturais. Mas cada pessoa pode identificar-se com muitos grupos diferentes

Liberdade cultural é a capacidade que as pessoas têm de viver e ser o que escolherem

e política entre grupos se aprofunde, ou que elimine as diferenças culturais, porque os grupos culturais são facilmente mobilizados para contestar estas disparidades como injustiça.

Não há *trade-off* entre paz e respeito pela diversidade, mas as políticas de identidade precisam de ser geridas de modo a não se tornarem violentas.

Mito 3. A liberdade cultural exige a defesa das práticas tradicionais, por isso, poderá haver um trade-off entre o reconhecimento da diversidade cultural e outras prioridades do desenvolvimento humano, tais como o progresso no desenvolvimento, na democracia e nos direitos humanos.

Não. Liberdade cultural tem a ver com a expansão das escolhas individuais e não com a preservação de valores e práticas como um fim em si mesmo, com submissão cega à tradição.

Cultura não é um conjunto cristalizado de valores e práticas. Recria-se constantemente, à medida que as pessoas questionam, adaptam e redefinem os seus valores e práticas em função da mudança das realidades e da troca de ideias.

Há quem defenda que o multiculturalismo é uma política de conservação de culturas, e até de práticas que violam os direitos humanos, e que os movimentos a favor do reconhecimento cultural não são governados democraticamente. Mas nem a liberdade cultural, nem o respeito pela diversidade devem ser confundidos com a defesa da tradição. Liberdade cultural é a capacidade que as pessoas têm de viver e ser o que escolherem, com uma oportunidade adequada para considerar outras opções.

“Cultura”, “tradição” e “autenticidade” não são o mesmo que “liberdade cultural”. Não são razões aceitáveis para permitir práticas que neguem a igualdade de oportunidades dos indivíduos e violem os seus direitos humanos – como negar às mulheres a igualdade de direitos à educação.

Grupos de interesses dirigidos por líderes autoneameados podem não reflectir os pontos de vista dos membros em geral. Não é raro para os grupos serem dominados por pessoas que têm interesse na manutenção do *status quo*, com a justificação da “tradição”, e que agem como guardiães do tradicionalismo para congelar as suas culturas. Os que reivindicam a adaptação cultural também têm de se sujeitar aos princípios democráticos e aos objectivos da liberdade humana e dos direitos humanos. Um bom modelo é o povo Sami

da Finlândia, que goza de autonomia num parlamento que tem estruturas democráticas e segue os processos democráticos, mas faz parte do Estado finlandês.

Neste caso, não existe nenhum *trade-off* entre respeito pela diferença cultural e direitos humanos e desenvolvimento. Mas o processo de desenvolvimento envolve a participação activa das pessoas na luta pelos direitos humanos e pela mudança de valores.

Mito 4. Os países etnicamente diversificados são menos capazes de se desenvolver, pelo que existe um trade-off entre o respeito pela diversidade e a promoção do desenvolvimento.

Não. Não há provas de uma relação clara, boa ou má, entre diversidade cultural e desenvolvimento.

Há quem defenda, porém, que a diversidade é um obstáculo ao desenvolvimento. Mas se é inegavelmente verdade que muitas sociedades diversificadas têm baixos níveis de rendimento e desenvolvimento humano, não há provas de que isso esteja relacionado com a diversidade cultural. Um estudo argumenta que a diversidade tem sido uma fonte de mau desempenho económico em África – mas isto está relacionado com a tomada de decisão política, que segue interesses étnicos em vez de interesses nacionais, e não com a diversidade em si mesma. Tal como existem países multiétnicos que estagnaram, há outros que tiveram um êxito espectacular. A Malásia, com 62% do seu povo Malaio e de outros grupos indígenas, 30% chineses e 8% indianos, foi a 10ª economia mundial com mais rápido crescimento no período de 1970-90, anos em que também foi posta em prática uma política de acção afirmativa. As Maurícias estão em 64.º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, o mais alto de um país da África Subsariana. Tem uma população diversificada de origem africana, indiana, chinesa e europeia – com 50% de hindus, 30% de cristãos e 17% de muçulmanos.

Mito 5. Algumas culturas têm mais probabilidades de alcançar progressos desenvolvimentistas do que outras e algumas culturas têm valores democráticos inerentes, enquanto outras não, pelo que existe um trade-off entre a conciliação de certas culturas e a promoção do desenvolvimento e da democracia.

Mais uma vez, não. Não há provas resultantes de análise estatística, nem de estudos históricos, de

uma relação causal entre cultura e progresso económico ou democracia.

O determinismo cultural – a ideia de que a cultura de um grupo explica o desempenho económico e o progresso da democracia – como obstáculo ou facilitador tem um enorme atractivo intuitivo. Mas essas teorias não são apoiadas pela análise econométrica, nem pela história.

Têm sido adiantadas muitas teorias de determinismo cultural, a começar pela explicação de Max Weber da ética protestante como factor fundamental por detrás do crescimento com êxito da economia capitalista. Persuasivas na explicação do passado, essas teorias revelaram-se repetidamente erradas na previsão do futuro. Quando a teoria da ética protestante de Weber andava a ser elogiada, países católicos (França e Itália) estavam a crescer mais depressa do que a Grã-Bretanha e Alemanha protestantes, pelo que a teoria foi alargada para significar Cristão ou Ocidental. Quando o Japão, Coreia do Sul, Tailândia e outros países da Ásia Oriental conseguiram taxas de crescimento recorde, a noção de que os valores confucianos retardam o crescimento teve de ser abandonada.

Entender as tradições culturais pode oferecer perspectivas do comportamento humano e da dinâmica social que influenciem os resultados do desenvolvimento. Mas essas perspectivas não oferecem uma teoria geral da cultura e desenvolvimento. Para explicar as taxas de crescimento económico, por exemplo, considera-se que a política económica, a geografia e o fardo da doença são factores altamente relevantes. Mas a cultura, tal como o facto de uma sociedade ser hindu ou muçulmana, é considerada insignificante.

O mesmo é verdadeiro em relação à democracia. Uma nova onda de determinismo cultural começa a dominar alguns debates políticos, atribuindo os fracassos de democratização no mundo não ocidental a traços culturais inerentes de intolerância e “valores autoritários”. A nível mundial, alguns teóricos têm defendido que o século XXI assistirá a um “choque de civilizações”, que o futuro dos estados democráticos e tolerantes do Ocidente está ameaçado por Estados não ocidentais com valores mais autoritários. Há razões para estar céptico. Por um lado, a teoria exagera as diferenças entre grupos de “civilização” e, por outro, ignora as semelhanças entre eles.

Além disso, o Ocidente não tem o monopólio da democracia nem da tolerância, e não existe uma linha única de divisão histórica entre um Ocidente

tolerante e democrático e um Leste despótico. Platão e Santo Agostinho não eram menos autoritários no seu pensamento do que Confúcio e Kautilya. Não houve defensores da democracia apenas na Europa, mas também em toda a parte. Veja-se Akbar, que pregou a tolerância religiosa na Índia do século XVI, ou o príncipe Shotoku, que introduziu a constituição (*kempo*) no Japão do século VII, onde insistia em que “as decisões sobre assuntos importantes não deviam ser tomadas por uma pessoa só. Deviam ser discutidas por muitos”. Noções de tomada de decisão participativa sobre questões públicas importantes têm sido uma parte central de muitas tradições em África e noutras zonas. E descobertas mais recentes do inquérito Valores do Mundo mostram que as pessoas dos países muçulmanos apoiam tanto os valores democráticos, como as pessoas dos países não muçulmanos.

Um problema básico com estas teorias é o pressuposto subjacente de que a cultura é, em grande medida, fixa e constante, permitindo que o mundo seja metodicamente dividido em “civilizações”, ou “culturas”. Isto ignora o facto de que as culturas também mudam e raramente são homogéneas, ainda que haja uma grande continuidade de valores e tradições nas sociedades. Quase todas as sociedades passaram por mudanças de valores – por exemplo, mudanças de valores em relação ao papel das mulheres e à igualdade entre os sexos, ao longo do século passado. E em toda a parte ocorreram mudanças radicais nas práticas sociais, desde os católicos no Chile aos muçulmanos no Bangladeche, passando pelos budistas na Tailândia. Essas mudanças e tensões dentro das sociedades conduzem a política e as mudanças históricas, de tal forma que o modo como as relações de poder afetam essas dinâmicas domina hoje a investigação em antropologia. Paradoxalmente, na altura em que os antropólogos descartaram o conceito de cultura por ser um fenómeno social limitado e fixo, cresce o interesse político dominante em encontrar valores e traços nucleares de “um povo e da sua cultura”.

As teorias do determinismo cultural merecem uma avaliação crítica, uma vez que têm implicações políticas perigosas. Podem alimentar o apoio a políticas nacionalistas que rebaixem ou oprimam culturas “inferiores”, acusadas de impedir a unidade nacional, a democracia e o desenvolvimento. Esses ataques a valores culturais podem, então, alimentar reacções violentas, capazes de suscitar tensões tanto dentro como entre as nações.

Uma nova onda de determinismo cultural começa a dominar

A liberdade cultural é um direito humano e um aspecto importante do desenvolvimento humano – e, assim, merecedora de atenção e acção do Estado

O desenvolvimento humano exige mais do que saúde, educação, um padrão de vida digno e liberdade política. A identidade cultural dos povos deve ser reconhecida e aceite pelo Estado, e as pessoas devem ser livres de exprimir essa identidade sem serem discriminadas noutros aspectos das suas vidas. Em resumo: a liberdade cultural é um direito humano e um aspecto importante do desenvolvimento humano – e, assim, merecedora de atenção e acção do Estado.

O desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas à disposição das pessoas, para elas fazerem e serem o que valorizam na vida. *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores concentraram-se na expansão das oportunidades sociais, políticas e económicas para aumentar essas escolhas. Exploraram os modos como as políticas de crescimento equitativo, expansão das oportunidades sociais e aprofundamento da democracia podem melhorar essas opções para toda a gente.

Uma outra dimensão do desenvolvimento humano, difícil de medir e até de definir, é de importância vital: a liberdade cultural é fundamental para a capacidade das pessoas viverem como gostariam. O avanço da liberdade cultural deve ser um aspecto fundamental do desenvolvimento humano, e isso exige que se vá além das oportunidades sociais, políticas e económicas, uma vez que elas não garantem a liberdade cultural.

A liberdade cultural ocupa-se da concessão às pessoas da liberdade de escolherem as suas identidades – e de viverem a vida que valorizam – sem serem excluídas de outras opções importantes para elas (como as da educação, saúde e oportunidades de emprego). Na prática, há duas formas de exclusão cultural. A primeira é a exclusão do modo de vida, que nega o reconhecimento e a aceitação de um estilo de vida que um grupo escolheria e que insiste em que cada um deve viver exactamente como todas as outras pessoas da sociedade. Os exemplos incluem a opressão religiosa, ou a insistência em que os imigrantes abandonem as suas práticas culturais e a sua língua. A segunda é a exclusão da participação, quando as pessoas são discriminadas ou ficam em desvantagem nas oportunidades sociais, políticas e económicas por causa da sua identidade cultural.

Ambos os tipos de exclusão existem, em grande escala, em todos os continentes, em todos os níveis de desenvolvimento, em democracias e em Estados

autoritários. A base de dados *Minorias em Risco*, um projecto de investigação que inclui temas relacionados com a exclusão cultural e que analisou a situação dos grupos minoritários no mundo inteiro, estima que cerca de 900 milhões de pessoas pertence a grupos que estão sujeitos a alguma forma de modo de vida, ou de exclusão da participação, que outros grupos não enfrentam no país – cerca de uma em cada sete pessoas, em todo o mundo.

Claro que a eliminação de liberdade cultural ocupa todo o espectro. Num extremo está a limpeza étnica. Depois, existem as restrições formais à prática religiosa, da língua e da cidadania. Mas, mais frequentemente, a exclusão cultural vem de uma simples falta de reconhecimento ou respeito pela cultura e herança das pessoas – ou de algumas culturas serem consideradas inferiores, primitivas ou incivilizadas. Isto pode estar reflectido tanto em políticas de Estado, como em calendários nacionais que não observam um feriado da minoria religiosa, em manuais escolares que deixam de fora ou depreciam as realizações de líderes da minoria, e no apoio à literatura e a outras artes que celebram as realizações da cultura dominante.

A exclusão do modo de vida sobrepõe-se frequentemente com a exclusão social, económica e política através da discriminação e da desvantagem no emprego, habitação, escolaridade e na representação política. As castas profissionais no Nepal têm taxas de mortalidade de menores de cinco anos superiores a 17%, contra cerca de 7% para os Newar e Brámanes. Na Sérvia e Montenegro, 30% das crianças ciganas nunca frequentaram a escola primária. Os latino-americanos de ascendência europeia exprimem muitas vezes orgulho por serem daltónicos e insistem em que os seus países também o são. Mas por todo o continente, os grupos indígenas são mais pobres e estão menos representados politicamente do que os não indígenas. No México, por exemplo, calcula-se que 81% dos povos indígenas tenham rendimentos inferiores ao limiar da pobreza, contra 18% da população em geral.

No entanto, a exclusão do modo de vida e da participação nem sempre coincidem. Os povos de ascendência chinesa da Ásia do Sudeste, por exemplo, são economicamente dominantes, mas são culturalmente excluídos, sendo as escolas de língua chinesa limitadas, a publicação em chinês proibida e os descendentes de chineses socialmente pressionados para adoptar nomes locais. Mas o mais frequente é a exclusão do modo de vida reforçar a exclusão de outras oportunidades. Isto acontece particularmente com a língua. Muitos grupos,

especialmente grandes minorias como os Curdos, na Turquia, e os povos indígenas da Guatemala, são excluídos da participação política e das oportunidades económicas porque o Estado não reconhece a sua língua nas escolas, nos tribunais e noutros palcos oficiais. É por isso que os grupos lutam tanto para que as respectivas línguas sejam reconhecidas e utilizadas na instrução e em processos políticos e judiciais.

Nada disto é utópico. Incorporar políticas multiculturais nem sempre é fácil. Democracia, desenvolvimento equitativo e coesão do Estado são essenciais, e muitos países estão a desenvolver com êxito políticas multiculturais para enfrentar a exclusão cultural.

A liberdade cultural não aparece espontaneamente, tal como não aparecem espontaneamente a saúde, educação e igualdade entre sexos. Promovê-la deveria ser uma preocupação central dos governos, mesmo onde não existem políticas explícitas de perseguição ou discriminação.

Há quem defenda que garantir às pessoas direitos civis e políticos – como a liberdade de culto, expressão e associação – é suficiente para lhes dar a capacidade de praticar a sua religião, falar a sua língua e não ser discriminado no emprego, na escola e muitos outros tipos de exclusão. Argumentam que a exclusão cultural é um subproduto das exclusões económica e política e que uma vez estas resolvidas, a exclusão cultural desaparecerá espontaneamente.

Isso não aconteceu. Muitos países ricos e democráticos, por exemplo, afirmam tratar igualmente todos os cidadãos, mas, todavia, acolhem minorias que carecem de representação adequada na política, para as quais a perseguição e a dificuldade de acesso aos serviços públicos são o pão de cada dia.

A expansão das liberdades culturais exige políticas explícitas para resolver a negação dos direitos culturais – políticas multiculturais. Para fazê-lo, os Estados precisam de reconhecer as diferenças culturais nas respectivas constituições, leis e instituições. Também precisam de formular políticas para garantir que os interesses de grupos particulares – minorias ou maiorias historicamente marginalizadas – não sejam ignorados, nem menosprezados pela maioria, ou por grupos dominantes. E precisam de fazê-lo de modo que não contradiga outros objectivos e estratégias de desenvolvimento humano, como a

consolidação da democracia, a construção de um Estado capaz e a garantia de oportunidades iguais para todos os cidadãos. Isto não é fácil, mas há muitos exemplos de países, em todo o mundo, que adoptam abordagens inovadoras para gerir a diversidade cultural. Este Relatório incide particularmente em cinco áreas centrais de política: participação política, religião, acesso à justiça, língua e acesso a oportunidades socioeconómicas.

Políticas para assegurar a participação política

Muitos grupos historicamente marginalizados continuam a ser excluídos do poder político real e, por isso, sentem-se frequentemente alienados pelo Estado. Nalguns casos, a exclusão deve-se à falta de democracia, ou à negação de direitos políticos. Se assim é, a democratização seria um primeiro passo essencial. Porém, é preciso algo mais, porque mesmo quando os membros das minorias têm direitos políticos iguais numa democracia, podem estar consistentemente sub-representados ou vencidos pelos votos e, assim, ver o governo central como alheio ou opressivo. Não surpreende que muitas minorias resistam às regras alheias ou opressivas e procurem mais poder político. É por isso que muitas vezes é necessária uma concepção “multicultural” da democracia.

Vários modelos emergentes de democracia multicultural proporcionam mecanismos eficazes de partilha de poder entre grupos culturalmente diversos. Este tipo de arranjos de partilha de poder é crucial para garantir os direitos de diversos grupos e minorias culturais e para evitar violações – quer por imposição maioritária, quer por domínio da elite política no poder.

Reformas eleitorais resolveram a crónica sub-representação dos Maoris na Nova Zelândia. Com a introdução da representação proporcional em vez da fórmula “quem ganha, ganha tudo”, a representação maori cresceu de 3% em 1993 para 16% nas eleições de 2002, conforme com a sua percentagem da população. Lugares reservados e quotas foram fundamentais para garantir que as castas e tribos classificadas tivessem voz na Índia e que as minorias étnicas estivessem representadas na Croácia.

Os arranjos federais são uma abordagem importante da partilha do poder. Quase todos os doze países etnicamente diversificados que há muito são democracias têm arranjos federais assimétricos, em que as subunidades do Estado federal não têm todas os mesmos poderes. Este arranjo responde com mais

Vários modelos emergentes de democracia multicultural proporcionam mecanismos eficazes de partilha de poder entre grupos culturalmente diversos

Os arranjos de partilha de poder provaram, amplamente, ser fundamentais para resolver tensões

flexibilidade às necessidades de grupos diferentes. Por exemplo, os Sabah e os Sarawak têm um estatuto especial na Malásia, tal como os Bascos e 14 outras *comunidades autónomas* em Espanha, com autonomia em áreas como a educação, língua e cultura.

Alguns povos indígenas como os Esquimós, no Canadá, negociaram territórios com autogoverno. A lição é de que esses arranjos de partilha de poder provaram, amplamente, ser fundamentais para resolver tensões em países historicamente confrontados com movimentos secessionistas, como na Espanha. Se introduzidos suficientemente cedo, podem prevenir o conflito violento quando as tensões estão a crescer.

Políticas para assegurar a liberdade religiosa

Muitas minorias religiosas sofrem várias formas de exclusão, por vezes devido à eliminação explícita da liberdade religiosa, ou à discriminação contra o grupo – problema particularmente vulgar em países não seculares onde o Estado apoia uma religião existente.

Mas noutros casos, a exclusão pode ser menos directa e muitas vezes involuntária, como quando o calendário público não reconhece os feriados religiosos de uma minoria. A Índia celebra oficialmente 5 feriados hindus, mas também 4 muçulmanos, 2 cristãos, 1 budista, 1 *jain* e 1 *sikh*, em reconhecimento de uma população diversificada. A França celebra 11 feriados nacionais, dos quais 5 não confessionais e 6 religiosos, todos estes celebrando eventos do calendário cristão, embora 7% da população seja muçulmana e 1% judia. Da mesma forma, os códigos de vestuário nas instituições públicas podem entrar em conflito com o traje religioso de uma minoria. Ou as regras do Estado sobre casamento e herança podem diferir das dos códigos religiosos. Ou os regulamentos regionais podem colidir com as práticas de funeral de uma minoria.

Estes tipos de conflitos podem surgir mesmo em estados seculares com fortes instituições democráticas que protegem os direitos civis e políticos. Dada a profunda importância da religião para a identidade dos povos, não surpreende que muitas vezes as minorias religiosas se mobilizem para contestar essas exclusões. Algumas práticas religiosas não são difíceis de aceitar, mas muitas vezes apresentam opções e compromissos difíceis. A França está a discutir, acaloradamente, se os lenços na cabeça em escolas estatais violam princípios de secularismo do Estado e os valores democráticos de igualdade entre sexos que a educação do Estado pretende transmi-

tir. A Nigéria está a discutir se há-de apoiar uma sentença do tribunal da Sharia num caso de adultério.

O que é importante do ponto de vista do desenvolvimento humano é expandir as liberdades e os direitos humanos – e reconhecer a igualdade. É mais provável que esses objectivos sejam atingidos em países seculares e democráticos, onde o Estado proporciona uma aceitação razoável das práticas religiosas, em que todas as religiões têm a mesma relação com o Estado e em que este protege os direitos humanos.

Políticas para o pluralismo legal

Em muitas sociedades multiculturais, pessoas indígenas e pessoas de outros grupos culturais têm feito pressão a favor do reconhecimento dos respectivos sistemas legais tradicionais, para ganharem acesso à justiça. Por exemplo, na Guatemala, os Maias sofreram séculos de opressão e o sistema legal do Estado tornou-se parte da opressão a que estavam sujeitos. As comunidades perderam a fé no sistema estatal do Estado de Direito, porque não garantia justiça e porque não estava incrustado na sociedade nem nos seus valores.

Vários países como a Guatemala, Índia e África do Sul estão a desenvolver abordagens do pluralismo legal, reconhecendo, de diferentes formas, o papel das normas judiciais e das instituições das comunidades. As reivindicações de pluralismo legal enfrentam a oposição daqueles que receiam que isso mine o princípio de um sistema legal unificado, ou que possa promover práticas tradicionais contrárias à democracia e aos direitos humanos. Claro que surgem conflitos – a África do Sul, por exemplo, está a debater-se com o conflito entre os direitos das mulheres à herança ao abrigo da constituição do Estado e os direitos negados ao abrigo do direito consuetudinário. Há verdadeiros *trade-offs* que as sociedades têm de enfrentar, mas o pluralismo legal não exige a adopção global de todas as práticas tradicionais. A cultura evolui e a liberdade cultural não é uma defesa maquinaal da tradição.

Políticas da língua

A língua é frequentemente a questão mais contestada nos Estados multiculturais. Alguns países tentaram eliminar as línguas populares, rotulando o seu uso como subversivo. Mas a fonte mais frequente de exclusão generalizada, mesmo em democracias bem firmadas, é a política monolíngüística. A escolha da língua oficial – a língua de instrução nas escolas, a lín-

gua dos debates legislativos e da participação cívica, a língua de comércio – molda as barreiras e as vantagens que as pessoas enfrentam na vida – política, social, económica e cultural. No Malawi, a constituição exige que todos os parlamentares falem e leiam inglês. O inglês e o africânder ainda são línguas de *facto* usadas nos tribunais da África do Sul, ainda que nove outras línguas sejam agora oficialmente reconhecidas. Reconhecer uma língua significa mais do que o simples uso dessa língua. Simboliza respeito pelas pessoas que a falam, pela sua cultura e pela sua inclusão integral na sociedade.

O Estado pode ser cego em relação à religião, mas não pode ser mudo em relação à língua. Os cidadãos precisam de comunicar para terem um sentimento de pertença e a escolha da língua oficial simboliza a identidade nacional. É por isso que muitos Estados resistem ao reconhecimento de múltiplas línguas, mesmo quando defendem as liberdades cívicas e políticas.

Muitos países estão a encontrar modos de conciliar os objectivos gémeos de unidade e diversidade, adoptando duas ou três línguas, reconhecendo uma língua nacional unificadora e línguas locais. Em muitos países colonizados isso significou o reconhecimento da língua de administração (como o inglês, ou o francês), a língua local mais usada e uma língua materna a nível local. Tanzânia promoveu o uso do *kiswahili*, juntamente com o inglês nas escolas e no governo. A Índia praticou uma fórmula de três-línguas durante décadas; as crianças eram ensinadas na língua oficial do seu Estado (bengali em Bengala Ocidental, por exemplo) e também aprendiam as outras duas línguas oficiais do país, o hindi e o inglês.

Política socioeconómica

As injustiças e desigualdades socioeconómicas nos resultados do rendimento, educação e saúde têm sido a característica definidora de muitas sociedades multi-étnicas com grupos marginais – negros na África do Sul e povos indígenas na Guatemala e Canadá. Essas exclusões reflectem longas raízes históricas de conquista e colonização – bem como estruturas hierárquicas arreigadas, como os sistemas de castas.

Políticas económicas e sociais que promovem a igualdade são fundamentais para a solução destas desigualdades. A correcção dos enviesamentos na despesa pública, bem como a orientação de serviços básicos para pessoas com menores resultados na saúde e educação ajudariam – mas não seriam suficientes. São necessárias

políticas multiculturais que reconheçam diferenças entre grupos para resolver as injustiças que estão historicamente enraizadas e socialmente arreigadas. Por exemplo, apenas gastar mais na educação de crianças de grupos indígenas não seria suficiente, pois elas ficam em desvantagem se todas as escolas ensinarem apenas na língua oficial. A educação bilingue ajudaria. As reivindicações de terras – como as reivindicações dos indígenas sobre terras com recursos minerais, ou terra povoada pelos colonizadores brancos na África do Sul – não podem ser resolvidas com políticas de expansão das oportunidades socioeconómicas.

A experiência da Índia, Malásia, África do Sul e Estados Unidos mostra que uma acção afirmativa pode reduzir as desigualdades entre grupos. Na Malásia, o rácio do rendimento médio entre as populações chinesa e malaia baixou de 2,3 em 1970 para 1,7 em 1990. Nos Estados Unidos, para a população negra, a proporção de advogados subiu de 1,2% para 5,1% do total e a proporção de médicos de 2% para 5,6%. Na Índia, a afectação de empregos governamentais, a admissão no ensino superior e os assentos parlamentares das castas e tribos existentes ajudou membros desses grupos a sair da pobreza e a entrar na classe média.

Nenhuma dessas políticas é isenta de complexidade, mas a experiência de muitos países mostra que há soluções possíveis. A educação bilingue pode ser contestada por ser ineficaz, mas isso é porque recebe apoio insuficiente para garantir a qualidade. Os programas de acção afirmativa podem ser contestados por criarem fontes permanentes de desigualdade, ou por se tornarem uma fonte de clientelismo – mas podem ser melhor geridos. Estes são modos de corresponder às exigências de inclusão cultural. Mas também temos de reconhecer que no mundo de hoje existem mais movimentos a favor da dominação cultural, que procuram eliminar a diversidade.

Os movimentos para a dominação cultural ameaçam a liberdade cultural. Combatê-los com medidas ilegais e não democráticas viola os direitos humanos e não faz desaparecer o problema. A conciliação democrática é mais eficaz para denunciar as agendas intolerantes desses movimentos e minar o respectivo apelo.

As pessoas que lideram movimentos para a dominação cultural acreditam na sua própria superioridade

São necessárias políticas multiculturais que reconheçam diferenças entre grupos para resolver as injustiças que estão historicamente enraizadas e socialmente arreigadas

A manutenção de uma sociedade liberal depende do respeito pelo Estado de Direito, da atenção dada às reivindicações políticas e da protecção dos direitos humanos fundamentais – mesmo os das pessoas más

dade cultural e tentam impor a sua ideologia aos outros, tanto dentro como fora da sua comunidade. Nem todos esses movimentos são violentos. Alguns coagem outros utilizando campanhas políticas, ameaças e perseguição. No extremo, também usam meios violentos – ataques de ódio, expulsões, limpeza étnica e genocídio. Como força política, a intolerância está a ameaçar esmagar processos políticos em países de todo o mundo. Os movimentos para a dominação cultural revestem-se de diversas formas: partidos políticos, milícias, grupos violentos, redes internacionais e até o Estado. É ingénuo presumir que as sociedades democráticas são imunes à intolerância e ao ódio.

As causas subjacentes ao aparecimento de movimentos a favor da dominação cultural incluem, muitas vezes, liderança manipuladora, pobreza e desigualdade, estados fracos ou ineficazes, intervenções políticas externas e ligações com a diáspora. Esses factores também podem inspirar movimentos nacionalistas – digamos, a favor da autonomia ou da secessão. Mas os movimentos para a autonomia nacional não são idênticos aos movimentos para a dominação cultural. Desde logo, estes últimos podem aparecer frequentemente dentro do grupo maioritário que já domina o Estado – como os partidos de extrema-direita em muitos países europeus. Pelo contrário, muitos movimentos para a autonomia podem ser bastante liberais, reconhecendo a importância de harmonizar a diversidade num território autónomo e procurando apenas o mesmo respeito e o mesmo reconhecimento que outras nações. O que distingue os movimentos para a dominação cultural é a sua afirmação da superioridade cultural e a sua intolerância. Os seus alvos são a liberdade e a diversidade.

A questão é: como lidar com eles? Muitas vezes, os Estados têm tentado enfrentar esses movimentos com métodos repressivos e não democráticos – proibição de partidos, detenções e julgamentos extrajudiciais, legislação que viola direitos fundamentais e, mesmo, força indiscriminada e tortura. Muitas vezes essas medidas eliminam reivindicações e processos políticos legítimos, resultando em reacções muito mais extremas. Quando a Frente Islâmica de Salvação (FIS) venceu a primeira volta das eleições de 1991, na Argélia, os militares intervieram e proibiram o partido. Resultado: uma guerra civil que custou mais de 100.000 vidas e estimulou o crescimento de grupos intolerantes e violentos.

Pelo contrário, a conciliação democrática funciona. Permitir que partidos de extrema-direita con-

corram às eleições pode obrigá-los a moderar as suas posições, como aconteceu, por exemplo, com o Partido da Liberdade (FPÖ) na Áustria, ou com o Partido da Justiça e do Desenvolvimento em Marrocos. A concorrência eleitoral expõe o apelo das franjas de outros grupos (o Partido do Progresso, na Dinamarca). A conciliação democrática também dá aos Estados legitimidade para processar crimes de ódio, reformar o currículo das escolas religiosas (na Indonésia e na Malásia) e fazer experiências com iniciativas comunitárias para melhorar as relações (Moçambique e o Ruanda).

A manutenção de uma sociedade liberal depende do respeito pelo Estado de Direito, da atenção dada às reivindicações políticas e da protecção dos direitos humanos fundamentais – mesmo os das pessoas más. A intolerância é um verdadeiro desafio à liberdade cultural – é por isso que os meios de lidar com ela devem ser legítimos.

A globalização pode ameaçar as identidades nacionais e locais. A solução não é refugiar-se no conservadorismo e no nacionalismo isolacionista – é conceber políticas multiculturais que promovam a diversidade e o pluralismo.

Até aqui, temo-nos concentrado no modo como os Estados devem gerir a diversidade dentro das suas fronteiras. Mas numa era de globalização, os Estados também enfrentam desafios de fora das suas fronteiras, na forma de movimentos internacionais de ideias, capitais, bens e pessoas.

Expandir a liberdade cultural nesta era de globalização apresenta novos desafios e dilemas. Os contactos entre pessoas, seus valores, suas ideias e seus modos de vida têm aumentado e têm-se aprofundado de uma forma sem precedentes. Para muitos, esta nova diversidade é excitante, e mesmo capacitadora. Para outros, ela é perturbadora e incapacitadora. Muitos receiam que a globalização signifique a perda dos seus valores e dos seus modos de vida – uma ameaça à identidade local e nacional. Uma reacção extrema é impedir a entrada de influências estrangeiras, abordagem que não só é xenófoba e conservadora, mas também regressiva, diminuindo em vez de expandir as liberdades e as opções.

Este Relatório defende uma abordagem alternativa que respeita e promove a diversidade, ao mesmo tempo que os países se mantêm abertos aos

fluxos mundiais de capitais, bens e pessoas. Isso exige políticas que reflectem o objectivo da liberdade cultural. As políticas precisam de reconhecer e respeitar explicitamente a diferença cultural. Também precisam de enfrentar os desequilíbrios do poder económico e político, que levam à perda de culturas e identidades.

Essas alternativas estão a ser desenvolvidas e debatidas em três áreas fortemente contestadas:

- Os povos indígenas estão a protestar contra investimentos em sectores extractivos e contra a apropriação indevida do saber tradicional, que ameaça a sua subsistência.
- Os países estão a exigir que os bens culturais (principalmente cinema e produtos audiovisuais) não sejam tratados como qualquer outro produto no comércio internacional, uma vez que a importação de bens culturais pode enfraquecer as indústrias culturais nacionais.
- Os migrantes estão a exigir a aceitação do seu modo de vida e o respeito pelas múltiplas identidades que têm, tanto na comunidade local, como no seu país de origem. Mas as comunidades locais estão a exigir que os imigrantes se integrem, ou que sejam expulsos, pois receiam que as suas comunidades estejam a ficar divididas e que os valores e a identidade nacionais estejam a ser corroídas.

Como é que estas exigências podem ser conciliadas? Como é que se deve respeitar a diversidade e enfrentar as assimetrias?

Povos indígenas, indústrias extractivas e conhecimento tradicional

Os investimentos que não têm em consideração os direitos dos povos indígenas à terra e o seu significado cultural, bem como o seu valor como recurso económico, provocarão inevitavelmente a sua oposição. O mesmo acontecerá com o patentear do conhecimento tradicional em condições semelhantes. Três princípios são fundamentais: reconhecer os direitos dos povos indígenas sobre o conhecimento e a terra, garantir que os grupos indígenas têm voz (procurando o seu consentimento informado prévio) e desenvolver estratégias para partilhar os benefícios.

Empresas e governos nacionais estão a tomar algumas iniciativas, embora ainda limitadas, para trabalhar com comunidades indígenas no desenvolvimento de novos investimentos. No Peru, o governo e

as empresas aprenderam as lições de confrontos anteriores e têm estado, desde 2001, a envolver as comunidades indígenas em processos de tomada de decisão nas minas de zinco e cobre de Antamina. Na Papua Nova Guiné, investimentos em projectos de desenvolvimento comunitário acompanham as actividades de extracção. Projectos de risco desenvolvidos em conjunto por empresas mineiras e povos indígenas na América do Norte e na Austrália produziram lucros monetários, ao mesmo tempo que preservavam os estilos de vida tradicionais.

Muitos governos nacionais estão a tomar medidas para reconhecer o conhecimento tradicional. O Bangladesh reconhece direitos de base comunitária aos recursos biológicos e conhecimento tradicional associado. O Laos documenta o conhecimento no seu Centro de Recursos de Medicamentos Tradicionais. A África do Sul prometeu partilhar com os bosquímanos *San* os rendimentos dos medicamentos desenvolvidos com base no seu conhecimento. Alguns países já encontraram maneiras de utilizar os sistemas de direitos de propriedade intelectual existentes para proteger o conhecimento tradicional. No Cazaquistão, utilizam-se desenhos industriais para patrocinar tapetes e toucados. Na Venezuela e no Vietname, indicações geográficas protegem licores e chás. Na Austrália e no Canadá são utilizados *copyrights* e marcas comerciais para a arte tradicional.

Reconhecer a diversidade significa que diferentes noções de direitos de propriedade e o significado cultural do conhecimento e de formas de arte são conciliadas dentro de regimes mundiais. Isto exige acção internacional. Se os padrões correntes de propriedade intelectual não podem conciliar o conhecimento tradicional comum, ou os seus atributos de propriedade de grupo, as regras deveriam ser revistas. Deveriam ser retirados os empréstimos a países e empresas para projectos que adquirem propriedade de forma injusta, ou não compensem as comunidades.

Bens culturais

Deveriam os bens culturais ser protegidos no comércio internacional para ajudar a proteger a diversidade cultural no mundo? Os filmes e os produtos audiovisuais são bens culturais? Há dois princípios fundamentais: reconhecer o papel dos bens culturais no fomento da criatividade e da diversidade e o reconhecimento da desvantagem das pequenas indústrias cinematográficas e audiovisuais nos mercados mundiais.

Este Relatório defende uma abordagem que respeita e promove a diversidade, ao mesmo tempo que os países se mantêm abertos aos fluxos mundiais de capitais, bens e pessoas

As pessoas têm de deixar cair as identidades rígidas se quiserem tornar-se parte de sociedades diversificadas e defender valores cosmopolitas de tolerância e respeito pelos direitos humanos universais

A diversidade nos bens culturais tem o seu valor próprio porque aumenta a escolha do consumidor e enriquece a experiência cultural popular. Mas os bens culturais também gozam de economias de escala. Assim, os produtos dos grandes produtores tendem a afastar os produtos dos produtores mais pequenos, particularmente nos países mais pobres.

Como é que pode ser promovida a diversidade? Montar barreiras ao comércio não é a resposta, uma vez que isso reduz a escolha. O apoio às indústrias culturais em vez de direitos aduaneiros faria mais pela diversidade. Argentina, Brasil e França experimentaram, com êxito, subsídios à produção e reduções fiscais para as indústrias culturais, sem parar os fluxos de produtos culturais do estrangeiro para os mercados locais. A Hungria desvia 6% das receitas da televisão para promover filmes domésticos. O Egipto usa parcerias público-privado para financiar a infra-estrutura de produção de filmes.

Imigração

Os imigrantes devem assimilar-se, ou as suas culturas devem ser reconhecidas? Há três princípios fundamentais: respeitar a diversidade, reconhecer múltiplas identidades e criar laços comuns de pertença com a comunidade local. Nenhum país progrediu fechando as suas fronteiras. A migração internacional traz qualificações, trabalho e ideias, enriquecendo a vida das pessoas. Tal como não se pode defender o tradicionalismo e as práticas religiosas que violam os direitos humanos, a assimilação forçada não pode ser uma solução viável.

Identidades não são um jogo de soma zero. Veja-se esta declaração de um malaio na Noruega: “Perguntam-me, muitas vezes, há quanto tempo eu vivo aqui; ‘20 anos’, digo eu. Frequentemente, a observação seguinte é: ‘Ah! Então é quase norueguês’. O pressuposto aqui é que me tornei menos malaio porque é vulgar pensar na identidade como um jogo de soma zero; se tivermos mais de uma identidade, temos menos de outra. A identidade é, de alguma forma, imaginada como uma caixa quadrada com um tamanho fixo.”

Duas abordagens da imigração dominam as políticas da maioria dos países: o diferencialismo (migrantes que mantêm a respectiva identidade, mas não se integram no resto da sociedade) e assimilação (sem a opção de manter a antiga identidade). Mas estão a ser introduzidas novas abordagens de multiculturalismo

que reconhecem múltiplas identidades. Isso envolve a promoção da tolerância e do entendimento cultural, mas também aceitando explicitamente a prática religiosa, o vestuário e outros aspectos da vida quotidiana. Também envolve o reconhecimento de que os imigrantes não têm voz, nem segurança, face à exploração e à concessão de apoio à integração, como o treino da língua e serviços de procura de emprego.

Alguns países estão a aumentar os direitos de participação dos que não são cidadãos – “cidadania de residência” (Bélgica, Suécia). E mais de 30 países aceitam hoje a dupla cidadania. Para reduzir conceitos errados e preconceitos, o Gabinete do Comissário do Senado de Berlim para a Integração e Migração financia organizações de imigrantes, utiliza campanhas de informação pública e oferece consultas jurídicas em 12 línguas, para ajudar nos empregos e no combate à discriminação.

Mas essas políticas são contestadas. A educação bilingue nos Estados Unidos e o uso de lenços de cabeça em França são temas divisivos. Alguns receiam que estes desafiem alguns dos valores mais fundamentais da sociedade – como o compromisso de adotar a cultura americana, ou os princípios franceses de secularismo e igualdade entre os sexos.

* * *

Expandir as liberdades culturais é um objectivo importante do desenvolvimento humano – um objectivo que precisa de atenção urgente no século XXI. Todas as pessoas querem ter a liberdade de ser o que são. Todas as pessoas querem ser livres para serem quem são. Todas as pessoas querem ter a liberdade de exprimir as suas identidades como membros de um grupo com compromissos e valores partilhados – sejam eles a nacionalidade, a etnicidade, a língua ou a religião, a família, a profissão ou o lazer.

A globalização está a desencadear interacções cada vez maiores entre a população mundial. Este mundo precisa de maior respeito pela diversidade e de um compromisso mais forte na unidade. As pessoas têm de deixar cair as identidades rígidas se quiserem tornar-se parte de sociedades diversificadas e defender valores cosmopolitas de tolerância e respeito pelos direitos humanos universais. Este Relatório fornece uma base para discutir o modo como os países podem fazer com que isso aconteça. Se a curta história do século XXI não nos ensinou mais nada, mostrou-nos que fugir a estas questões não é uma opção.



Liberdade cultural e desenvolvimento humano

A privação humana pode ocorrer de muitos modos, uns mais remediáveis do que outros. A abordagem do desenvolvimento humano tem sido muito usada na literatura do desenvolvimento (incluindo os primeiros *Relatórios do Desenvolvimento Humano*) para analisar várias fontes relevantes de sofrimento, que vão desde o analfabetismo e falta de cuidados de saúde ao desemprego e à indigência. No Relatório deste ano, há uma expansão substancial da cobertura e do âmbito, com particular incidência na importância da liberdade cultural e no prejuízo pessoal e social que pode resultar da penúria.

Esta reorientação não abandona os compromissos básicos da abordagem do desenvolvimento humano. A motivação subjacente continua a ser a busca de caminhos para melhorar a vida das pessoas e as liberdades de que podem desfrutar. A negação da liberdade cultural pode gerar privações significativas, empobrecendo vidas humanas e excluindo pessoas das ligações culturais que elas têm direito de procurar. Portanto, a perspectiva do desenvolvimento humano pode ser ampliada para acolher a importância da liberdade cultural.

As dimensões culturais do desenvolvimento exigem cuidadosa atenção por três razões. Primeiro, a liberdade cultural é um aspecto importante da liberdade humana, fundamental para a capacidade das pessoas viverem como querem e terem a oportunidade de escolher entre as opções que têm – ou podem ter. O avanço da liberdade cultural deve ser um aspecto central do desenvolvimento humano e exige que vamos para lá das oportunidades sociais, políticas e económicas, uma vez que por si sós não garantem liberdade cultural.

Segundo, ainda que tenha havido muita discussão nos últimos anos acerca da cultura e da civilização, houve menos incidência na liberdade cultural do que no reconhecimento – e até na celebração – do conservadorismo cultural. A abordagem do desenvolvimento humano tem algo para oferecer em matéria de clarificação da importância da liberdade humana nas esferas culturais. Em vez de glorificar o

aval excessivo às tradições herdadas, ou de avisar o mundo acerca da alegada inevitabilidade dos choques de civilizações, a perspectiva do desenvolvimento humano exige que a atenção vá para a importância da liberdade nas esferas culturais (tal como noutras) e para os modos de defender e expandir as liberdades culturais de que as pessoas gozam. A questão crítica não é apenas o significado da cultura tradicional – é a importância do grande alcance das escolhas e liberdades culturais.

Terceiro, a liberdade cultural é importante não só na esfera cultural, mas também nos êxitos e fracassos das esferas social, política e económica. As diferentes dimensões da vida humana têm fortes inter-relações. Mesmo a pobreza, uma ideia económica central, não pode ser devidamente entendida sem introduzir considerações culturais. Na verdade, a ligação estreita entre privação cultural e pobreza económica foi assinalada por um economista tão importante com Adam Smith, cujas obras esclareceram a relevância do desenvolvimento humano.

Smith não só defendeu que a pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir nas dificuldades que alguns grupos experimentam em tomar parte na vida social e cultural da comunidade. Em particular, a análise da pobreza e o diagnóstico das mercadorias que contam como “necessidades” não podem ser independentes (defendeu Smith) das exigências da cultura local. Escreveu ele: “Por bens de primeira necessidade entendo não só os que são indispensáveis para o sustento, mas todos os que o costume do país considera indigno para as pessoas não os possuírem, mesmo as das classes mais baixas. (...) O hábito, do mesmo modo, tornou os sapatos de cabedal uma necessidade na Inglaterra. A pessoa digna mais pobre de ambos os sexos ficaria com vergonha de aparecer sem eles em público.”¹

Na verdade, a cultura estabelece uma relação importante entre rendimentos relativos e capacidades humanas absolutas. A privação relativa de rendimentos na comunidade local pode levar à privação

A motivação subjacente continua a ser a busca de caminhos para melhorar a vida das pessoas e as liberdades de que podem desfrutar

Ainda que os atributos culturais muitas vezes sejam falsos, abrem caminho à discriminação e à exclusão

social absoluta. Por exemplo, ser relativamente pobre de rendimentos numa sociedade rica pode gerar pobreza absoluta, por causa da incapacidade de uma pessoa adquirir as mercadorias que o estilo de vida estabelecido nessa sociedade exige – mesmo que a pessoa possa ter um rendimento mais alto do que a maioria das pessoas nos países pobres do resto do mundo. Portanto, a própria noção de pobreza humana exige investigação cultural. Ao dar o reconhecimento adequado à liberdade cultural e às influências culturais no desenvolvimento humano, temos de prestar atenção ao poder das culturas estabelecidas nas nossas vidas e ao significado das interligações entre os aspectos culturais da vida humana e os outros aspectos.

PARTICIPAÇÃO E RECONHECIMENTO

A privação da liberdade, incluindo a liberdade cultural, assume muitas formas. O mesmo acontece com a discriminação, que pode levar a uma perda de liberdade. Como se discute neste Relatório, partes da população podem estar sujeitas a discriminação em diferentes esferas: política, socioeconómica e cultural. As muitas dimensões da privação – e da discriminação – exigem a compreensão das distinções entre os diferentes processos, se interrelacionados, através dos quais as liberdades das pessoas são coarctadas.

A privação funciona muitas vezes através do processo de exclusão. A exclusão cultural tem recebido ultimamente muita atenção. Mas temos de distinguir, claramente, duas formas de exclusão cultural.

EXCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO

Primeiro, a exclusão cultural de uma pessoa, ou grupo, pode assumir, por vezes, a forma de não permissão a essa pessoa, ou grupo, de participar na sociedade tal como se permite e se encoraja os outros a fazê-lo. Isto pode ser chamado de “exclusão da participação”. Excluir as pessoas da participação pode estar ligado a várias características das pessoas envolvidas, como género, etnicidade ou religião.

Em muitos casos de exclusão da participação, a principal base de discriminação é a filiação cultural das pessoas envolvidas, resultando na sua exclusão de participação na educação, emprego ou tomada de decisão política. Os argumentos utilizados para justificar essa exclusão tendem a invocar alegados atribu-

tos dos grupos envolvidos. Grupos étnicos específicos são referidos como preguiçosos, desordeiros ou irresponsáveis, membros de religiões minoritárias são suspeitos de ter lealdades contraditórias com as autoridades religiosas e o Estado, etc. Ainda que esses atributos culturais sejam muitas vezes falsos, abrem caminho à discriminação e à exclusão. Nalguns casos, as características identificadoras utilizadas na política discriminatória invocam directamente atributos culturais. Isto acontece, em particular, com a discriminação contra comunidades religiosas, mas também pode aplicar-se a grupos definidos pela língua, origem social, ou outra característica identificadora.

EXCLUSÃO DO MODO DE VIDA

Uma segunda forma de exclusão cultural nega o reconhecimento de um estilo de vida que um grupo pode optar por ter. E essa intolerância pode ser acompanhada pela insistência em que os membros do grupo têm de viver exactamente como os outros na sociedade. Esta “exclusão do modo de vida” exprime-se principalmente na intolerância religiosa – um importante desafio tratado por John Stuart Mill no seu famoso ensaio, “On Liberty” (1859).

As exclusões do modo de vida continuam a ser fortes em muitos contextos actuais, com várias manifestações. A intolerância religiosa, obviamente, continua a ser um tipo importante de exclusão. A intolerância de alguns padrões de comportamento na vida puramente pessoal é outro exemplo: o tratamento discriminatório de gays e lésbicas é uma forma comum de exclusão do modo de vida. Estas exclusões envolvem a violação directa da liberdade cultural, e aqui a violação da liberdade acompanha também uma negação da diversidade.

Este tipo de exclusão também pode ser uma questão grave em sociedades multiculturais com diversidade étnica, particularmente em relação a populações imigrantes recém-chegadas. A insistência em que os imigrantes abdicuem do seu estilo de vida tradicional e adoptem o estilo dominante na sociedade para onde emigraram ilustra uma forma comum de intolerância do estilo de vida no mundo contemporâneo.

Essa exigência pode estender-se mesmo a questões comportamentais insignificantes relativas à conduta dos imigrantes, como ficou famoso na Grã-Bretanha pelo significativo “teste de *cricket*” de Lorde Tebbit (um imigrante legítimo deve torcer

pela Inglaterra em provas de competição contra o seu país de origem). O teste de Tebbit tem o mérito da precisão, o que também pode ser um problema numa sociedade multicultural para identificar qual é realmente o estilo de vida dominante. Por exemplo, agora que o caril foi classificado como um “alimento britânico autêntico” pelo Conselho de Turismo Britânico (de acordo com os padrões de consumo correntes dos nativos da ilha), um imigrante da Ásia do Sul na Grã-Bretanha pode ter alguma dificuldade, sem a ajuda algorítmica de Tebbit, em determinar qual é o padrão de comportamento ao qual lhe pedem para se adaptar!

A exclusão do modo de vida pode ser uma área séria de injustiça.² Isto tem sido objecto de muito trabalho recente, incluindo as chamadas “políticas de reconhecimento”, que abrangem “a reivindicação do reconhecimento das perspectivas distintivas das minorias étnicas, ‘raciais’ e sexuais, bem como da diferença de género”.³ Na verdade, estas considerações são importantes para uma visão devidamente alargada da justiça, mas no contexto do desenvolvimento humano são vistas, mais imediatamente, como relevantes para o exercício da liberdade cultural, que – tal como outras liberdades – deve figurar na avaliação do desenvolvimento humano e na apreciação das suas falhas.

LIBERDADES, DIREITOS HUMANOS E O PAPEL DA DIVERSIDADE

A importância das liberdades humanas pode ser a base da sua ligação à ideia de direitos humanos. O reconhecimento dos direitos humanos não precisa de esperar pela sua legalização na forma de títulos legais. Muitas vezes, fornecem a motivação para essa legislação. Na verdade, mesmo a nomeação de algumas leis como “leis dos direitos humanos” indica essa ligação. Como Herbert Hart, o distinto teórico do direito, disse num famoso ensaio, as pessoas “falam dos seus direitos morais principalmente quando estão a defender a sua incorporação num sistema legal”.⁴

Na verdade, indo mais longe, o reconhecimento ético dos direitos humanos, sustentado pela discussão e argumentação públicas, pode ir – e vai – além de uma simples base para uma legislação possível.⁵ Através do activismo de indivíduos e grupos (incluindo organizações dedicadas aos direitos humanos), as liberdades reflectidas no reconhecimento dos direitos humanos pode proporcionar o terreno

para exigências públicas e até para agitação e acção colectiva generalizada (por exemplo, a favor do direito das minorias terem a liberdade de escolher o seu próprio estilo de vida). As próprias Nações Unidas têm-se empenhado fortemente na prossecução dos direitos humanos (em particular através dos Altos Comissariados das Nações Unidas para os Direitos Humanos e para os Refugiados), mesmo quando a legislação nacional deixou para trás normas éticas.

Como declarações formais de ética social, sustentadas pela argumentação pública aberta, os direitos humanos exigem diversas formas de execução. As liberdades subjacentes podem progredir através de várias acções públicas, incluindo o reconhecimento, a monitorização e a agitação, além da legislação e dos compromissos morais das pessoas envolvidas. A afirmação dos direitos humanos, baseada na importância da liberdade humana sob diversas formas, acompanha a necessidade de avaliar as razões para compreender as obrigações correspondentes. Uma vez, as obrigações estão especificadas exactamente, mas outras vezes apenas estão caracterizadas genericamente (incluem tanto “obrigações perfeitas”, como “obrigações imperfeitas”, para usar uma velha distinção Kantiana). A natureza e as exigências dos direitos humanos foram muito exploradas no *Relatório do Desenvolvimento Humano*.

Podemos destacar aqui o reconhecimento básico de que a ideia de direitos humanos se liga directamente à salvaguarda e ao progresso das liberdades humanas. Isso dá razão suficiente, dependendo das circunstâncias, para defender e promover instituições particulares e arranjos sociais. Mas esses programas só têm valor derivado e contingente e têm de ser avaliados em função do que realmente fazem pelos direitos humanos. A força ética dos direitos humanos depende, em última análise, da importância das liberdades humanas e não pode ser separada dessa ligação. Este reconhecimento elementar tem um amplo alcance.⁶

Um dos temas que tem recebido uma atenção considerável na literatura cultural contemporânea é a diversidade cultural. Por vezes, até se considera como direito humano o direito que grupos de pessoas têm, no seu conjunto. Os direitos de grupo têm muitas ambiguidades, mas não é difícil defender que, para serem levados a sério, o seu papel no alargamento das liberdades dos seres humanos tem de ser demonstrado. Mesmo sem entrar a fundo nos complexos debates que rodeiam a ideia de direitos

A intolerância pode ser acompanhada pela insistência em que os membros do grupo têm de viver exactamente como os outros na sociedade

Defender a diversidade cultural sob o pretexto de que foi isso que os diferentes grupos de pessoas herdaram é, claramente, não raciocinar com base na liberdade cultural

de grupo, a necessidade básica de ligar direitos a liberdades pode ser prontamente reconhecida.

Isto levanta, imediatamente, questões acerca do valor da diversidade cultural, uma vez que ela não é, em si, uma característica das liberdades humanas. Contudo, é fácil mostrar que a diversidade pode ser importante na esfera cultural. Se não for permitida a diversidade, muitas escolhas tornam-se inviáveis. Todavia, se nos concentrarmos na liberdade (incluindo a liberdade cultural), o significado de diversidade cultural deve variar juntamente com as suas ligações causais à liberdade humana.

Muito frequentemente, essas ligações são positivas e fortes. Na verdade, a diversidade pode ser tanto uma consequência do exercício da liberdade humana (particularmente da liberdade cultural) como uma fonte de enriquecimento social (particularmente de enriquecimento cultural). A diversidade cultural pode resultar bem se as pessoas forem autorizadas e encorajadas a viver como gostariam de viver. Isso poderia decorrer da discussão anterior acerca da inclusão do modo de vida. Por exemplo, a persistência de estilos de vida etnicamente diferentes e o reconhecimento, e respeito, das minorias sexuais pode tornar a sociedade culturalmente mais diversa, precisamente como resultado do exercício da liberdade cultural. Nestes casos, a importância da diversidade cultural decorrerá directamente do valor da liberdade cultural, uma vez que a primeira é consequência da segunda.

A diversidade cultural em si mesma também pode desempenhar um papel positivo. Por exemplo, uma sociedade culturalmente diversificada pode trazer benefícios a outras sociedades através da variedade de experiências que estas estão, por conseguinte, em situação de gozar. Por exemplo, pode defender-se plausivelmente que a rica tradição da música afro-americana – com a sua linhagem africana e evolução americana – não só ajudou a aumentar a liberdade cultural e o amor-próprio dos afro-americanos, mas também aumentou as opções culturais de todas as pessoas (afro-americanas ou não) e enriqueceu a paisagem cultural da América e, na verdade, do mundo.

Porém, a relação entre liberdade cultural e diversidade cultural exige exame mais profundo. O modo mais simples de ter diversidade cultural pode muito bem ser uma continuação conservadora da variedade de culturas que existe actualmente. Pode dizer-se coisa semelhante acerca da diversidade cultural den-

tro de um país específico, se tiver uma variedade de culturas dentro das suas fronteiras. Exigirá a defesa da diversidade cultural o apoio ao conservadorismo cultural, pedindo às pessoas que se agarrem à sua origem cultural e não tentem mudar para outros estilos de vida? Isso colocar-nos-ia imediatamente numa posição antiliberdade, a qual procuraria maneiras de bloquear a escolha de um modo de vida diferente que muitas pessoas podem desejar ter. Na verdade, poderíamos também estar no campo de um tipo diferente de exclusão: exclusão da participação, por oposição a exclusão do modo de vida, uma vez que as pessoas de culturas minoritárias seriam excluídas da participação no campo maioritário.

A insistência no conservadorismo cultural pode desencorajar – ou impedir – as pessoas de adoptarem um estilo de vida diferente e, mesmo, de aderir ao estilo de vida que outros, com origens culturalmente diferentes, normalmente seguem na sociedade em questão. A diversidade seria, então, realizada à custa da liberdade cultural. Se o importante, em última análise, for a liberdade cultural, a valorização da diversidade cultural deve então assumir uma forma contingente e condicional. Muita coisa dependerá do modo como essa diversidade for produzida e sustentada.

Na verdade, defender a diversidade cultural sob o pretexto de que foi isso que os diferentes grupos de pessoas herdaram é, claramente, não raciocinar com base na liberdade cultural (ainda que esse argumento seja apresentado por vezes como se fosse um raciocínio em favor da liberdade). Nada pode ser justificado em nome da liberdade sem realmente dar uma oportunidade para o exercício dessa liberdade ou, pelo menos, sem avaliar como seria utilizada uma oportunidade de escolha se ela estivesse disponível. A diversidade pode muito bem ser perseguida por outras razões que não a liberdade cultural. Mas justificar a manutenção das diversidades preexistentes na suposta base da liberdade cultural deve, na ausência de outros argumentos, ser um claro *non sequitur*.

IDENTIDADE, COMUNIDADE E LIBERDADE

As razões do cepticismo em dar prioridade automática à cultura herdada podem ser vistas em termos de quem faz que escolhas. Nascer num meio cultural específico não é um exercício de liberdade – muito pelo contrário. Só se associa com a liberdade cultural se a pessoa optar por continuar a viver nos termos dessa

cultura e se o fizer tendo tido a oportunidade de considerar outras alternativas. A questão central na liberdade cultural é a capacidade das pessoas viverem do modo como escolheram, com oportunidade suficiente de considerar outras opções. O peso normativo da liberdade dificilmente pode ser invocado quando nenhuma escolha – real ou potencial – é realmente considerada.

Acontece que algumas teorias comunitárias glorificaram a ausência de opção envolvida na “descoberta” da verdadeira identidade de uma pessoa. Michael Sandel explicou proveitosamente esta afirmação, que faz parte do “conceito constitutivo” de comunidade: “comunidade descreve não só o que eles *têm* enquanto concidadãos mas também o que *são*, não uma relação que escolhem (como na associação voluntária) mas uma vinculação que descobrem, não meramente um atributo mas um constituinte da sua identidade.”⁷ “O eu consegui os seus fins”, explica ainda Sandel, “não por opção mas por reflexão, de sujeito sabedor (ou inquiridor) para objecto de (auto) compreensão.”⁸ Nesta perspectiva, a organização social pode ser vista (como diz Crowley, outro autor comunitário) como tentativas para “criar oportunidades para os homens darem voz ao que descobriram acerca de si mesmos e do mundo e para persuadirem terceiros do seu valor”.⁹

A reivindicação de que a identidade não é uma questão de escolha mas, em última análise, uma questão de descoberta, requer uma análise mais profunda, e essa questão mais ampla será abordada mais adiante. Em relação à presente discussão, é relevante notar que a importância especial e a gravidade excepcional que estão ligadas, nesta perspectiva comunitária, a filiações e vinculações herdadas, se referem à sua criação baseada na descoberta, por oposição a coisas que são “meramente escolhidas”. Seja qual for o poder persuasivo dessa afirmação (certamente precisa de alguma justificação), ela está em conflito real com a importância atribuída à escolha e à liberdade de escolher.

Os comunitários têm razão, porém, em enfatizar a importância de um sentido de identidade na vida de uma pessoa. Menos claro é como a identidade pode ser uma questão de simples descoberta de algo acerca de si mesmo, em vez de, explícita ou implicitamente, exercer uma escolha. Essas escolhas são feitas constantemente – muitas vezes implicitamente, mas por vezes explicitamente, com clara consciência. Por exemplo, quando Mohandas Gandhi decidiu, depois de considerável reflexão, dar prioridade à sua identificação

com os indianos que procuravam a independência do regime britânico, em vez da sua identidade de causídico experiente dedicado à justiça inglesa, não pode haver dúvida de que ele estava, consciente e firmemente, a fazer uma opção. Noutros casos, a opção pode ser implícita ou obscura, e também defendida com muito menos grandiosidade do que a decisão de Gandhi, mas a opção pode não ser menos autêntica por essa razão.

Normalmente, cada indivíduo pode identificar-se com muitos grupos diferentes. Uma pessoa pode ter uma identidade de cidadania (por exemplo, ser francesa), de sexo (ser mulher), de raça (ser de origem chinesa), de origem regional (ser proveniente da Tailândia), de língua (ser fluente em tailandês, chinês e inglês, além de francês), política (ter ideias de esquerda), religiosa (ser budista), profissional (ser advogado), de localização (ser residente em Paris), de filiação desportiva (ser jogador de badminton e fã de golfe), de gosto musical (adorar jazz e hip-hop), de preferência literária (gostar de romances policiais), de hábitos alimentares (ser vegetariana), etc.

As escolhas não são ilimitadas (não se pode escolher a identidade, por exemplo, de esquimó ou de lutador de sumo, se não se for um deles). Mas dentro da gama de filiações que um indivíduo tem, pode escolher que prioridade dar a uma ou a outra, num contexto particular. O facto de ter todas estas filiações – e muitas outras – pode ser uma questão de “descoberta”, mas, mesmo assim, o indivíduo tem de pensar e decidir que prioridade relativa dar às suas várias filiações. O facto de ocorrerem descobertas não o isenta da necessidade de escolher, mesmo que a escolha seja feita implicitamente.¹⁰

A possibilidade de escolha é importante para evitar o que Anthony Appiah chamou de “novas tiranias”, na forma de identidades recém-reivindicadas, que podem tyrannizar pela eliminação das reivindicações de outras identidades que também podemos ter razões para aceitar e respeitar. Appiah exemplifica isto com a identidade de ser afro-americano. Essa identidade certamente ajudou no passado – e continua a ajudar hoje em dia – a procurar justiça racial na América. Mas também pode ser opressiva se for tomada como a única identidade que uma pessoa preta tem, sem ligar a outras reivindicações. Appiah põe assim a questão:

Para controlar este imperialismo da identidade – um imperialismo tão visível nas identidades raciais como em tudo o mais – é crucial lembrarmo-nos sempre de que não somos simplesmente pretos, brancos, amare-

Dentro da gama de filiações que um indivíduo tem, pode escolher que prioridade dar a uma, ou outra, num contexto particular

As críticas culturais das vítimas podem ser utilizadas pelos governantes para justificar tiranias altamente ineficientes – assim como profundamente iníquas

los, castanhos, *gays*, heterossexuais, bissexuais, judeus, cristãos, muçulmanos, budistas, confucionistas, mas também irmãos e irmãs; pais e filhos; liberais, conservadores e esquerdistas; professores e advogados, construtores de automóveis e jardineiros; fãs dos Padres e dos Bruins; apreciadores de *grunge rock* e apaixonados por Wagner; entusiastas de cinema; MTV-ólicos, leitores de histórias de mistério; surfistas e cantores; poetas e amigos dos animais; estudantes e professores; amigos e amantes. A identidade racial pode ser a base da resistência ao racismo – e embora tenhamos feito grandes progressos, ainda temos muito caminho a percorrer – mas não deixemos que as nossas identidades raciais nos sujeitem a novas tiranias.¹¹

Vejamos um exemplo diferente – e mais sinistro. Quando, há uma década, os instigadores hutus tentaram (e em certa medida conseguiram) persuadir outros membros da comunidade hutu do Ruanda de que podiam ver perfeitamente que eles eram indubitavelmente hutus (a não confundir com “aqueles horríveis tutsis”), podia-se ter resistido aos assassínios absurdos que se seguiram invocando identidades mais amplas dos hutus, por exemplo, como ruandeses, ou como africanos, ou de modo ainda mais amplo como seres humanos. Ver a identidade meramente como uma questão de descoberta pode não ser só uma confusão conceptual. Também pode levar ao abandono de um dever dos seres humanos ponderados – o dever moral de considerar como gostariam de se ver e com quem gostariam de se identificar (se apenas com a comunidade de hutus, ou também com a nação dos ruandeses, com a categoria de africanos, ou com a colectividade de seres humanos). A liberdade de escolher é importante não só para os indivíduos que podem fazer a escolha, mas também pode ser importante para outros, quando a responsabilidade que acompanha a escolha for adequadamente compreendida.

INTOLERANCIA E ALIENAÇÃO

Uma teoria complicada pode, por vezes, reforçar uma intolerância sem complicações e tornar o mundo num lugar mais combustível do que seria de outra maneira.¹² As generalizações culturais apressadas podem tirar o lugar a um entendimento mais profundo da cultura e servir de instrumento ao preconceito sectário, à discriminação social e até à tirania política. Simples gene-

ralizações culturais, com grande poder na moldagem de modos de pensar, abundam nas crenças populares e na comunicação informal. Objecto de muitas anedotas e calúnias étnicas, estas crenças mal examinadas também podem aflorar como grandes teorias perniciosas. Uma correlação accidental entre preconceito e observação social (mesmo que seja fortuita) leva ao nascimento de uma teoria que pode manter-se mesmo depois de desaparecer a correlação ocasional.

Por exemplo, anedotas acerca de irlandeses (como aquela “Quantos irlandeses são precisos para mudar uma lâmpada?”) tiveram alguma circulação em Inglaterra durante muito tempo. Pareciam ajustar-se bem à difícil situação depressiva da economia irlandesa, quando esteve numa longa depressão. Mas quando a economia começou a crescer com espantosa velocidade, a estereotipia cultural e a sua relevância económica e social alegadamente profunda não desapareceram. As teorias têm vida própria, muitas vezes em oposição ao mundo que na realidade pode ser observado.

As ligações entre intolerância cultural e tirania política também podem ser muito estreitas. A assimetria de poder entre governante e governado, quando combinada com preconceitos culturais, pode resultar em fracassos injuriosos da governação, como se observou, de modo devastador, nas fomes irlandesas da década de 1840. Como disse Richard Lebow, a pobreza na Irlanda era geralmente vista em Inglaterra como sendo provocada pela preguiça, indiferença e inaptidão, pelo que a “missão da Grã-Bretanha” não era vista como sendo para “aliviar as dificuldades irlandesas mas civilizar o seu povo e levá-lo a sentir-se e a agir como seres humanos”.¹³ Utilizações similares do preconceito cultural para fins políticos podem ser vistas na história dos impérios europeus em África e na Ásia. A famosa observação de Winston Churchill de que as fomes de Bengala, de 1943, foram causadas pela tendência das pessoas nativas para se “reproduzirem como coelhos” pertence a essa tradição geral de culpar a vítima colonial. E teve um efeito profundo nos esforços de socorro durante essa fome desastrosa. As críticas culturais das vítimas podem ser utilizadas pelos governantes para justificar tiranias altamente ineficientes – assim como profundamente iníquas.

DETERMINISMO CULTURAL

Embora o casamento entre o preconceito cultural e a assimetria política possa ser letal, a necessidade de

ter cuidado com o salto para conclusões culturais é mais penetrante.¹⁴ Pressupostos culturais não examinados até podem influenciar o modo como os peritos vêem o desenvolvimento económico. As teorias são muitas vezes extraídas de provas insuficientes. Meias verdades, ou quartos de verdade, podem enganar grosseiramente – por vezes ainda mais do que a falsidade total, que é mais fácil de denunciar.

Vejamus este argumento do influente livro, *Culture Matters*, editado conjuntamente por Lawrence Harrison e Samuel Huntington. No ensaio introdutório, “As Culturas Contam”, Huntington escreve:

“No princípio dos anos de 1990, aconteceu que encontrei dados económicos sobre o Gana e a Coreia do Sul do princípio dos anos de 1960 e fiquei espantado por ver como as duas economias eram semelhantes naquela altura. (...) Trinta anos mais tarde, a Coreia do Sul tinha-se tornado num gigante industrial, com a décima quarta maior economia do mundo, empresas multinacionais, importantes exportações de automóveis, equipamento electrónico e outros produtos sofisticados e um rendimento per capita aproximadamente igual ao da Grécia. Além disso, estava a caminho da consolidação de instituições democráticas. Não tinham ocorrido mudanças dessas no Gana, cujo rendimento per capita era agora de cerca de um quinto do da Coreia do Sul. Como poderia ser explicada esta extraordinária diferença de desenvolvimento? Indubitavelmente, muitos factores desempenharam um papel, mas parecia-me que a cultura tinha de constituir uma grande parte da explicação. Os sul-coreanos valorizavam a poupança, o investimento, muito trabalho, a educação, a organização e a disciplina. Os ganeses tinham valores diferentes. Em suma, as culturas contam.¹⁵

É bem possível que haja algo de interesse nesta sedutora comparação (talvez até um quarto de verdade retirado do contexto) e a comparação pede uma investigação. Mas a história causal é profundamente enganadora. Havia muitas diferenças importantes – para além das predisposições culturais – entre o Gana e a Coreia do Sul nos anos de 1960, quando os países pareceram a Huntington muito semelhantes, excepto quanto à cultura. As estruturas de classe dos dois países eram muito diferentes, tendo as classes empresariais da Coreia um papel muito maior. A política também era muito diferente, com o governo da Coreia ansioso por desempenhar um papel di-

namizador no lançamento do desenvolvimento económico baseado nas empresas, de um modo que não se aplicava ao Gana. A estreita relação entre a economia coreana e as economias japonesa e norte-americana também fez uma grande diferença, pelo menos nas primeiras fases do desenvolvimento coreano. O mais importante talvez fosse que, nos anos de 1960, a Coreia tinha uma taxa de alfabetização muito mais alta e um sistema escolar mais extenso do que o Gana. As mudanças coreanas tinham sido ocasionadas em grande medida através de uma política pública resoluta desde a Segunda Guerra Mundial e não eram simplesmente um reflexo da muito antiga cultura coreana.

Claro que houve tentativas anteriores de utilizar o determinismo cultural para explicar o desenvolvimento económico. Há um século, Max Weber (1930) apresentou uma importante tese sobre o papel decisivo da ética protestante (em particular, do calvinismo) no desenvolvimento com êxito de uma economia industrial capitalista. A análise de Weber sobre o papel da cultura na emergência do capitalismo resultava da forma como ele observava o mundo no fim do século XIX. A sua análise é de particular interesse no mundo contemporâneo, especialmente à luz do recente êxito das economias de mercado em sociedades não protestantes.

Pode haver muito a aprender com essas teorias, e as ligações empíricas que patenteiam podem ser muito perspicazes. Todavia, também é notável a frequência com que aspectos específicos de explicações culturais, baseadas na observação do passado, foram minados por experiências posteriores. Na verdade, as teorias do determinismo cultural têm estado, muitas vezes, um passo atrás do mundo real.

GLOBALIZAÇÃO, ASSIMETRIA E DEMOCRACIA

Há mais a dizer acerca da escolha de identidade, em particular sobre os problemas de equidade – e de justiça distributiva – que têm de ser enfrentados na análise das implicações da inclusão cultural, bem como da diversidade cultural. Mas antes de o fazer, é útil examinar dois fenómenos especiais – ou alegados fenómenos – do mundo contemporâneo, que têm exercido considerável influência em recentes discussões da identidade cultural. Podem ser denominados conjuntamente – na falta de melhor expressão – como o futuro da diversidade cultural no mundo globalizado. Tratam do impacte da globalização, e

As teorias do determinismo cultural têm estado, muitas vezes, um passo atrás do mundo real

A necessidade da tomada de decisão participativa sobre o tipo de sociedade em que as pessoas querem viver deve ter um valor compreensivo

do poder assimétrico que a acompanha, e da tese de que existe uma tendência persistente para as civilizações se chocarem, o que pode tornar o mundo num local muito violento e perturbador.

PODER ASSIMÉTRICO DA GLOBALIZAÇÃO?

Uma das preocupações que muitas pessoas têm ao pensar hoje em dia na salvaguarda da liberdade cultural diz respeito à influência esmagadora da cultura ocidental, especialmente do seu “consumismo”, no mundo globalizado em que vivemos. Põe-se muitas vezes a questão, de modo plausível, de que ser livre para escolher um estilo de vida não é, no mundo actual, apenas uma questão de ser autorizado a escolher livremente. Também é uma questão de saber se as pessoas de civilizações mais marginalizadas conseguem resistir à influência do Ocidente. Esta preocupação merece certamente atenção, dada a evidente precariedade das culturas locais num mundo tão dominado pela ameaçadora exposição às influências ocidentais.

Há pelo menos duas questões que são aqui de particular interesse. Primeiro, há o poder e a força da cultura de mercado em geral, que é parte e parcela da forma que, cada vez mais, a globalização económica tem tomado. Os que acham que os valores e as prioridades das culturas relacionadas com o mercado são vulgares e empobrecedores (mesmo muitas pessoas do Ocidente têm este ponto de vista) tendem a achar a própria globalização muito censurável. Todavia, também é muito frequente acharem difícil resistir à globalização baseada no mercado, dado o alcance e a força da economia de mercado e o grande volume de recursos que pode aplicar na remodelação do mundo.

O segundo problema diz respeito à assimetria do poder entre o Ocidente e outros países e à probabilidade de essa assimetria vir a traduzir-se na destruição de culturas locais (poesia, teatro, música, dança, hábitos alimentares, etc.). Uma tal perda, argumenta-se plausivelmente, empobreceria culturalmente as sociedades não ocidentais. Dado o constante bombardeamento cultural que tende a vir das metrópoles ocidentais (desde o *fast food* até à *blast music*), há genuínos receios de que as tradições nativas possam ser esmagadas pela fuzilaria.

Essas ameaças são indubitavelmente reais e, em grande medida, também pode ser difícil combatê-las. A solução dificilmente pode consistir numa travagem

da globalização do comércio e das trocas, quer porque o comércio internacional pode trazer vantagens económicas que muitos países valorizam muito, quer porque é difícil resistir às forças de intercâmbio económico e da divisão do trabalho num mundo em interacção.

Uma linha plausível de resposta ao problema da assimetria pode, porém, tomar a forma de reforço das oportunidades construtivas que as culturas locais têm – e podem ser ajudadas a ter – para se protegerem e resistirem à possibilidade de serem ultrapassadas em armas pelas forças da invasão cultural. Se as importações estrangeiras dominam por causa do maior controlo das ondas de rádio, canais de televisão, etc., uma política de neutralização deve, seguramente, envolver o aumento das facilidades disponíveis para a cultura local apresentar as suas próprias criações, tanto localmente como no exterior. Os custos envolvidos no seguimento desse caminho construtivo podem não ser tão proibitivos como as pessoas poderiam pensar, uma vez que as comunicações se tornaram muito mais baratas no mundo contemporâneo. Isto também seria uma resposta positiva, diferente da tentação, que aflora com alguma frequência, de proibir a influência estrangeira através de legislação ou de decreto governamental.

A possibilidade construtiva de dar muito mais apoio às actividades culturais locais não só ajudaria a fortalecê-las – também lhes permitiria enfrentar uma concorrência mais igual. Na perspectiva favorável à liberdade, há muito mérito em tomar esse caminho, em vez de fazer as culturas locais prevalecer simplesmente através da proscrição da concorrência. É importante assegurar que o bebé da liberdade cultural não seja deitado fora com a água do banho da concorrência desigual.

A questão decisiva, em última análise, tem de ser uma questão de democracia. A necessidade da tomada de decisão participativa sobre o tipo de sociedade em que as pessoas querem viver deve ter um valor compreensivo, baseado numa discussão aberta, com oportunidades adequadas para a expressão das posições minoritárias. A questão da inclusão política (dar às pessoas a liberdade de participar nas escolhas políticas, em vez de serem ignoradas por potentados autoritários) é particularmente relevante aqui, na salvaguarda da liberdade cultural (na liberdade das pessoas escolherem o seu próprio estilo de vida). Não podemos, ao mesmo tempo, querer a democracia e, apesar disso, excluir certas escolhas, com pretextos

tos tradicionalistas, por causa do seu carácter estranho (independentemente do que as pessoas escolhessem, de modo informado e ponderado). O valor da democracia tem de resistir à exclusão da liberdade de escolha dos cidadãos através da sanção oficial das autoridades políticas (ou de ordens das instituições religiosas, ou de pronunciamentos dos grandes guardiões do “gosto nacional”), independentemente de essas autoridades (ou instituições, ou guardiões) acharem inadequadas as novas predileções. Este é um campo, entre outros, em que a liberdade cultural e a liberdade política podem com vantagem ser vistas juntas.¹⁶

CIVILIZAÇÕES E HISTÓRIA MUNDIAL

Se o medo da globalização é uma preocupação geral que muitas pessoas exprimem ao lidar com a liberdade cultural, o pavor de um “choque de civilizações” (como Huntington lhe chama) é outra preocupação que tem sido muito referido nos últimos anos. A tese tem muitas componentes, mas parece ser uma preocupação geral que a pluralista e tolerante civilização ocidental esteja actualmente sob ameaça constante de culturas menos tolerantes e mais autoritárias.

Na verdade, se assumíssemos que as pessoas nas civilizações não ocidentais são constantemente tentadas por valores autoritários (e talvez até pelo engodo da violência), então não seria difícil de entender o medo de que a diversidade cultural do mundo tenha graves consequências. Mas até que ponto é razoável a análise cultural que está subjacente a esse medo? E até que ponto é fiável a leitura da história que sustenta essa análise cultural? Há razões para ser céptico em relação a ambas. As categorias civilizacionais estão longe de ser bem definidas e a história simulada que acompanha a tese do choque das civilizações exagera esses contrastes, em parte negligenciando as heterogeneidades dentro de cada cultura, mas também ignorando interações históricas entre as diferentes culturas.

A reivindicação específica de que a tolerância é uma característica especial – e quase ímpar – da civilização ocidental, que se estende ao longo do tempo na história, é particularmente difícil de sustentar. Não se trata de negar que a tolerância e a liberdade estão entre as importantes realizações da Europa moderna (a despeito de algumas aberrações, como os regimes imperialistas brutais ao longo de dois séculos e as atrocidades nazis de há seis décadas). Na

verdade, o mundo tem muito que aprender com a história recente da Europa e do mundo ocidental, particularmente desde o período do Iluminismo europeu. Mas ver aí uma única linha de divisão histórica – que recua ao longo da história – é marcadamente fantasista. A história do mundo não sugere nada como uma divisão entre uma história de longo prazo da tolerância ocidental e a do despotismo não ocidental.

A liberdade política e a tolerância, na sua ampla forma contemporânea, não constituem uma velha característica histórica em nenhum país, ou civilização. Platão e Santo Agostinho não tinham um pensamento menos autoritário do que Confúcio e Kautilya. Claro que havia defensores da tolerância no pensamento clássico europeu, mas também há muitos exemplos semelhantes noutras culturas. Por exemplo, na Índia, a dedicada defesa da tolerância, incluindo a religiosa, feita pelo imperador Achoka no século III AC (argumentando que “todas as seitas dos outros povos merecem reverência por uma razão ou outra”) está certamente entre as primeiras defesas políticas da tolerância, seja onde for. Igualmente, quando um imperador indiano posterior, Aqbar, o Grão-Mogol, fazia proclamações comparáveis sobre tolerância religiosa, no fim do século XVI (como: “não se interferirá com ninguém por motivo da religião e qualquer pessoa será autorizada a passar para uma religião que lhe agrade”), a Inquisição estava no auge na Europa. Pegando noutra exemplo, quando o filósofo judeu Meimónidas foi obrigado a emigrar de uma Europa intolerante no século XII, encontrou um refúgio tolerante no mundo árabe e foi-lhe dada uma posição de honra e influente na corte do imperador Saladino, no Cairo. O seu tolerante anfitrião foi o mesmo Saladino que lutou muito pelo Islão nas Cruzadas.

Na verdade, a própria ideia de democracia, na forma de argumentação pública participativa, apareceu em diferentes civilizações e em diferentes períodos da história mundial.¹⁷ No Japão do princípio do século VII, o príncipe budista Shotoku, regente da mãe, a imperatriz Suiko, introduziu uma constituição relativamente liberal ou *kempo* (conhecida como “a constituição de 17 artigos”) em 604 DC. No espírito da Magna Carta (assinada seis séculos depois, em 1215 DC), a *kempo* insistia: “As decisões sobre questões importantes não devem ser tomadas só por uma pessoa. Devem ser discutidas com muitas.” Acerca da tolerância, diz: “Não fiquemos sentidos

A reivindicação específica de que a tolerância é uma característica especial da civilização ocidental, que se estende ao longo do tempo na história, é particularmente difícil de sustentar

A construção de sociedades justas e humanas exige o reconhecimento adequado da importância das liberdades em geral, que incluem a liberdade cultural

quando outros diferem de nós. Porque todos os homens têm coração, e cada coração tem as suas próprias inclinações. O que está certo para eles está errado para nós, e o que está certo para nós está errado para eles.”¹⁸

Exemplos de defesa da discussão pública e de procura de pontos de vista diferentes – e conflituantes – figuram na história de outros países do mundo, tanto no Ocidente como fora dele. Continuam a ser de relevância contemporânea no pensamento acerca da viabilidade de uma democracia tolerante no mundo de hoje. Quando a Índia se tornou independente, em 1947, a comissão que redigiu a sua constituição, liderada por B. R. Ambedkar, teve de considerar as próprias tradições da Índia (incluindo as de tolerância política e democracia local), além de aprender com a emergência gradual de democracias ocidentais ao longo dos últimos dois séculos.

Igualmente, Nelson Mandela, na sua autobiografia *Long Walk to Freedom*, descreve como foi influenciado, quando jovem, pela natureza democrática das reuniões locais que se realizavam na casa do regente, em Mqhekezweni:

Toda a gente que quisesse falar falava. Era democracia na sua forma mais pura. Podia haver uma hierarquia de importância entre os oradores, mas toda a gente era ouvida, chefe e súbdito, guerreiro e curandeiro, lojista e agricultor, proprietário e trabalhador... O fundamento do autogoverno era que todos os homens eram livres de exprimir as suas opiniões e iguais no seu valor como cidadãos.¹⁹

As grandes linhas que recentemente foram traçadas para dar forma ao medo de um choque de civilizações são especialmente cegas em relação à história do mundo. As classificações baseiam-se, frequentemente, numa inocência histórica extraordinariamente cruel e extrema. A diversidade de tradições dentro de civilizações distintas é efectivamente ignorada, e fazem-se desaparecer importantes intervenções mundiais na ciência, tecnologia, matemática e na literatura, ao longo de milénios, para dar crédito a uma visão paroquial do carácter ímpar da civilização ocidental.

Há um problema metodológico fundamental na assunção de que uma civilização segmentada é a única distinção relevante e que deve sobrepor-se a outros modos de identificar pessoas. Outras divisões (digamos, entre ricos e pobres, entre membros de

diferentes classes e profissões, entre pessoas de diferentes opiniões políticas, entre nacionalidades e locais de residência distintos, entre grupos linguísticos, etc.) são submergidas por este modo alegadamente superior de ver as diferenças entre as pessoas. Não basta que aqueles que poderiam fomentar a confrontação global, ou a violência sectária local, tentem impor uma identidade unitária e divisiva pré-seleccionada às pessoas que são recrutadas como soldados rasos da brutalidade política. São indirectamente ajudados nessa tarefa pelo apoio implícito que os guerreiros recebem de teorias de categorização singular das pessoas do mundo.

Há uma omissão notável do papel da escolha e da argumentação nas decisões acerca da importância a atribuir à filiação em qualquer grupo específico, ou qualquer identidade específica. Adoptando um modo único e alegadamente superior de categorizar as pessoas, a segmentação da civilização pode contribuir materialmente para o conflito no mundo. Negar a escolha quando ela existe não é apenas uma má compreensão do que é o mundo. É, também, delinquência ética e negligência política da responsabilidade.

CONCLUSÕES

A construção de sociedades justas e humanas exige o reconhecimento adequado da importância das liberdades em geral, que incluem a liberdade cultural. Isso exige que sejam asseguradas e aumentadas construtivamente as oportunidades que as pessoas têm para escolher como hão-de viver e para considerar estilos de vida alternativos. As considerações culturais podem figurar de forma proeminente nessas escolhas.

Enfatizar a liberdade cultural não é exactamente o mesmo que fazer tudo para alcançar a diversidade cultural. É certamente verdade que permitir a diversidade das práticas culturais pode ser extremamente importante, uma vez que o exercício da liberdade cultural depende disso. Isto, porém, não é o mesmo que defender a diversidade cultural por si só. Muito coisa dependeria do modo como a diversidade cultural surgisse e do grau em que as pessoas envolvidas pudessem exercer a sua liberdade. Seria um grave erro olhar a diversidade cultural como valiosa independentemente da maneira como surgisse. Na verdade, a diversidade cultural não pode ser avaliada, em particular na perspectiva do desen-

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Os direitos humanos incorporam os valores fundamentais das civilizações humanas

As pessoas são diferentes, como diferentes são as suas culturas.

As pessoas vivem de modos diferentes e as civilizações também diferem.

As pessoas falam em várias línguas.

As pessoas são guiadas por diversas religiões.

As pessoas nascem com cores diferentes e muitas tradições influenciam a sua vida, com cores e sombras variadas.

As pessoas vestem-se de modo diferente e adaptam-se ao seu ambiente de forma diferente.

As pessoas exprimem-se de modo diferente. A música, literatura e arte também reflectem estilos diferentes.

Mas apesar dessas diferenças, todas as pessoas têm em comum um atributo simples: são seres humanos, nada mais, nada menos.

E por mais diferentes que sejam, todas as culturas incluem certos princípios comuns:

Nenhuma cultura tolera a exploração de seres humanos.

Nenhuma religião permite que se mate o inocente.

Nenhuma civilização aceita a violência ou o terror.

A tortura é repugnante para a consciência humana.

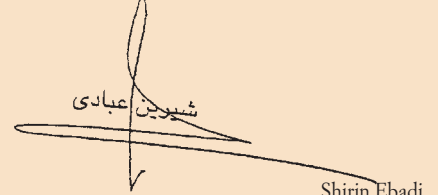
A brutalidade e a crueldade são horríveis em todas as tradições.

Em suma, estes princípios comuns, que são partilhados por todas as civilizações, reflectem os nossos direitos humanos fundamentais. Estes direitos são muito apreciados e acarinhados por toda a gente, em toda a parte.

Assim, a relatividade cultural nunca devia ser usada como pretexto para violar os direitos humanos, uma vez que estes direitos incorporam os valores mais

fundamentais das civilizações humanas. É preciso que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja universal, aplicável tanto a Leste como a Oeste. É compatível com toda a fé e religião. Fracassar no respeito pelos direitos humanos só mina a nossa humanidade.

Não destruamos esta verdade fundamental; se o fizermos, os fracos não terão uma alternativa.



Shirin Ebadi

Vencedor do Prémio Nobel da Paz de 2003

volvimento humano, sem ter em conta os processos envolvidos e o papel da liberdade humana na maneira como as coisas são decididas.

A análise neste capítulo leva a algumas conclusões claras, prosseguidas de perto nos capítulos seguintes. Primeiro, uma maior extensão da diversidade cultural pode ser consequência do exercício da liberdade cultural por todos (incluindo as minorias étnicas, sexuais ou sociais). Quando for esse o caso, haverá uma razão forte para celebrar a diversidade cultural e para fazer o que for preciso para a defender. A aclamação da diversidade, nesta argumentação, vem do valor da liberdade cultural – um valor que se conforma totalmente com a importância das liberdades em geral.

Segundo, a diversidade cultural numa sociedade também pode dar a todas as pessoas dessa sociedade – independentemente do seu meio – a oportunidade para desfrutar de uma ampla gama de escolhas culturais. Isto também se articula, em última instância, com a liberdade cultural, neste caso como facilitadora e não como consequência do exercício da liberdade cultural, como no último caso. Também aqui a diversidade cultural deveria merecer aplausos, ao expandir a gama cultural da vida social e, assim, aumentar as opções de que as pessoas realmente dispõem para escolher a sua maneira de viver. Isto também faz parte de uma defesa da diversidade cultural baseada na liberdade.

Terceiro, o exercício da liberdade cultural pode, por vezes, levar a uma redução da diversidade cul-

tural – em vez do seu aumento –, quando as pessoas se adaptam aos estilos de vida dos outros e escolhem, de modo ponderado, seguir esse caminho (sem o estorvo da exclusão do modo de vida). Quando isso ocorre, opor-se à liberdade cultural sob o pretexto de ela reduzir a diversidade cultural seria um disparate, uma vez que a liberdade tem uma importância constitutiva – e intrínseca – própria que a diversidade não tem.

Relacionada com esta questão está a valorização do conservadorismo cultural, muitas vezes defendido sob o pretexto de que reter a cultura “própria” de uma pessoa é uma medida a favor da liberdade. Mas assumir que uma compulsão para reter a cultura ancestral e herdada deve ser, de algum modo, um exercício de liberdade é uma confusão conceptual. Esse assunto também está relacionado com o papel da escolha na determinação da identidade. Uma vez que todos os indivíduos pertencem a muitos grupos, que têm muitos modos diferentes de se identificar e que têm de decidir como lidar com as diferentes prioridades correspondentes – possivelmente contraditórias –, não há maneira de evitar a escolha (mesmo que ela seja feita implicitamente e, talvez, imperceptivelmente). Isto não nega que, frequentemente, sejam feitas “descobertas” sobre se uma pessoa pertence a um grupo, ou outro (e podem ser descobertas importantes), mas isso não elimina a necessidade de escolha.

Negar a escolha quando ela existe não é apenas um erro factual, também pode ter graves conse-

É particularmente importante não cair na confusão de considerar o tradicionalismo não examinado como parte do exercício da liberdade cultural

quências morais num mundo em que são vulgares os conflitos – e brutalidades – baseados na identidade. A natureza inclusiva de uma sociedade dependerá muito da clarificação do papel da escolha na identidade e da necessidade de “raciocinar perante a identidade”. Na verdade, entender a responsabilidade da escolha pode ajudar muito a garantir que as questões morais relevantes relacionadas com a existência social de uma pessoa sejam adequadamente tratadas.

A importância da liberdade liga bem com a necessidade de equidade na procura da liberdade. Estão envolvidas as liberdades de diferentes pessoas e focar a liberdade exige que seja prestada atenção às liberdades de todos – e isto articula-se com considerações de equidade. É importante ter sempre em vista a questão da equidade, por causa do seu grande alcance. Não há tensão básica – como por vezes se alega – entre liberdade e equidade. Na verdade, a equidade pode ser vista em termos de progresso equitativo das liberdades de todas as pessoas (em vez da mera perspectiva da distribuição do rendimento, ou da perspectiva ainda mais limitada da “redistribuição” a partir de um ponto de partida essencialmente arbitrário). Visto deste modo, é possível usar consistentemente os conceitos básicos de liberdade e equidade na avaliação das exigências de inclusão social e dos méritos contingentes da diversidade cultural.

Podemos considerar rapidamente um caso difícil – ou alegadamente difícil – para exemplificar os argumentos que podem ser invocados. Tem sido feita, com bastante perspicácia, a seguinte pergunta: “O multiculturalismo é mau para as mulheres?”²⁰ Essa questão relaciona-se com o facto muito discutido de que a continuação de muitas das práticas da sociedade tradicional dominada pelos homens pode ir contra os interesses e as oportunidades das mulheres. Defender a sua conservação sob o pretexto da importância do multiculturalismo não serve bem os interesses das mulheres. Casos extremos deste tipo de conflito podem envolver práticas específicas (como mutilações físicas) que são sancionadas pelas leis de algumas culturas predominantes, mas que podem ser especialmente prejudiciais para a capacidade das mulheres conduzirem a sua própria vida e exercerem as suas próprias liberdades.

Ao tratar esta questão, é importante ver a liberdade numa perspectiva suficientemente ampla. Em defesa de práticas correntes, salienta-se, por vezes, que as próprias mulheres aceitam normalmente essas

regras culturais sem protestar. Mas muitas iniquidades continuam a sobreviver e a prosperar no mundo, fazendo-se de aliadas das vítimas, negando-lhes a oportunidade de considerar alternativas e obstruindo o conhecimento de outros arranjos viáveis noutras comunidades. Portanto, é particularmente importante não cair na confusão de considerar o tradicionalismo não examinado como parte do exercício da liberdade cultural. É necessário perguntar se os mais fracos da sociedade – neste caso, as mulheres cujas vidas podem ser afectadas negativamente por essas práticas – tiveram oportunidade de considerar outras alternativas e a liberdade de saber como vivem as pessoas do resto do mundo. A necessidade da argumentação e da liberdade é central na perspectiva que aqui tem sido usada.

As defesas putativas do tradicionalismo conservador poderiam ser – e têm sido – propostas noutras bases. Poderão essas práticas ser defendidas com base no valor do multiculturalismo? Poderão ser defendidas na causa da diversidade cultural? A segunda pergunta é de resposta bastante fácil. A diversidade cultural não é, como já se disse, um valor em si mesma, pelo menos não na abordagem do desenvolvimento humano (com o seu enfoque nas liberdades humanas e no seu progresso equitativo). O valor da diversidade cultural assenta na sua articulação positiva – como é muitas vezes o caso – com a liberdade cultural. Invocar o valor contingente da diversidade cultural em defesa de práticas que negam às mulheres a sua liberdade básica de escolher seria manifestamente perverso, uma vez que a liberdade das mulheres envolvidas é violada, e não promovida, através desses arranjos. Nem a equidade, no sentido da equidade das liberdades, pode ser promovida desse modo.

Se, porém, a expansão da diversidade cultural, ou qualquer crescimento do “multiculturalismo”, for considerada como um objecto de valor em si mesma – independentemente do que fizer à vida das pessoas envolvidas – então estaremos num território cujos limites já foram muito discutidos na literatura do desenvolvimento humano. Mesmo a opulência económica – importante como é – pode não ser considerada valiosa em si mesma e só pode ser vista como muito importante na medida em que se conforme com aquilo cuja posse as pessoas valorizam. Na perspectiva do desenvolvimento humano, o multiculturalismo tem de ser avaliado pelo que faz à vida e às liberdades das pessoas envolvidas.

Na verdade, ver a expansão do multiculturalismo como um fim em si mesma pode produzir, com facilidade, uma situação em que as liberdades dos membros individuais de uma comunidade – neste caso, os membros femininos – são gravemente violadas. Isto vai profundamente contra a importância da liberdade humana, que se aplica tanto às mulheres como aos homens, e tanto aos mais fracos de uma sociedade tradicional como aos seus chefes e porta-vozes ameaçadores. A necessidade de equidade aponta para as dificuldades fundamentais envolvidas quando se toma o alargamento do multiculturalismo como um fim em si mesmo.

Como este capítulo mostra, a privação da liberdade humana pode surgir de muitas causas e refletir diversas formas de discriminação, envolvendo

influências culturais, políticas e socioeconômicas sobre a vida humana. Nos capítulos seguintes, as diferentes formas de exclusão e as suas implicações na privação humana são extensamente investigadas e avaliadas. Presta-se atenção tanto às características institucionais como aos valores que influenciam profundamente a vida humana.

A importância prática do multiculturalismo e da diversidade cultural está presente nestas análises. O seu mérito, que certamente pode ser muito grande, depende das suas ligações com as liberdades das pessoas envolvidas, incluindo a equidade e a justiça da distribuição das suas liberdades. Esse princípio básico é uma característica central da abordagem do desenvolvimento humano.